

ARNON DE MELLO

Senador da República

AÇÚCAR:

fator de equilíbrio
da unidade nacional

38.17361
527
FE

Serviços Gráficos GAZETA DE ALAGOAS
Maceió — Alagoas



ARNON DE MELLO

Senador da República

AÇÚCAR:
fator de equilíbrio
da unidade nacional

Serviços Gráficos GAZETA DE ALAGOAS

Maceió — Alagoas

Discursos do Senador Arnon de Mello no Senado Federal já publicados :

Energia Nuclear
Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Pesquisa
Emigração de Cientistas
Cientistas-Meninos
Ciência e Democracia
América Latina: Educação e Progresso
Inquérito Parlamentar Sobre o "Brain Drain"
Problemas de Educação
Perfis
Responsabilidade do Legislador
Vereadores
Pelé no Senado
Legislação Social e Desenvolvimento (1930-1964)
Alagoas, Petróleo e Petrobrás
Resposta ao Senador Edward Kennedy
Comunidade Luso-Brasileira
Brasil, Passado e Presente
Rondon, Telecomunicação e Desenvolvimento

outros discursos:

UMA EXPERIÊNCIA DE GOVERNO
Livraria José Olympio Editôra — Rio

Para correspondência e pedidos:
Rua México, 168 — 10.º — Salas 1001/05
Rio de Janeiro

Açúcar, Capital Social em Alagoas

Sr. Presidente: (*)

Recebi de Alagoas êste cabograma, que o Sr. Governador Lamenha Filho dirigiu ontem ao digno Presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool, Sr. General Alvaro Tavares Carmo:

“No momento em que circulam notícias da paralisação imediata das nossas usinas de açúcar, antes do aproveitamento total da matéria-prima ainda no campo, cumpre-me levar ao conhecimento de V. Exa. as gravíssimas implicações que essa medida trará ao meu Estado. A agro-indústria açucareira, diferentemente do que ocorre nos demais Estados maiores produtores, participa em mais de 50% das atividades econômicas de Alagoas, envolvendo um contingente de trabalho de quarenta e sete mil operários e duzentos e sessenta mil dependentes. Espero contar com a sua compreensão para o momentoso problema ligado à região nordestina. O açúcar é em meu Estado, verdadeiramente capital social. Atenciosas saudações. Governador Lamenha Filho.”

IMPLICAÇÕES DE ORDEM SOCIAL

Faço minhas as palavras do Governador de Alagoas no apêlo ao eminente General Alvaro Tavares Carmo, que assumiu recentemente a Presidência do IAA, para que determine o reexame do assunto, pelos órgãos do Instituto, e possam ser consideradas as razões de Alagoas, à luz não sômente dos dados puramente técnicos mas também nas suas implicações de ordem social.

(*) — Discurso pronunciado pelo Senador Arnon de Mello na sessão do Senado Federal, em Brasília, no dia 9 de abril de 1970.

As canas que ainda se encontram nos campos alagoanos totalizam duzentas mil toneladas, que produzirão trezentos mil sacos de açúcar no valor atual de dez milhões de cruzeiros novos. Se se moesse agora essa matéria-prima, o grupo empresarial não teria lucro, pois o açúcar produzido só seria vendido em setembro futuro. Mas, ainda que não fôsse vendido, carregaria desde logo para o Estado, neste período de entressafra, de vacas magras, que vai no Nordeste de abril a setembro, nada menos de seis milhões e trezentos mil cruzeiros novos, total do financiamento a que faz jus, e dessa importância mais de cinco milhões se destinariam a salários. Além do trabalho em que a moagem ocuparia os operários das usinas, os produtores de cana teriam recursos para promover maior plantio e mais amplas atividades agrícolas outras, bem como serviços de recuperação industrial e de manutenção. Destaque-se, por outro lado, que a cana colhida agora pagaria de ICM, na fase do ano mais difícil para a arrecadação do Tesouro estadual, de 850 a 900 mil cruzeiros novos, calculando-se 4 cruzeiros e pouco por tonelada, incluídos os créditos fiscais, e esse dinheiro se destinaria a salários a trabalhadores não qualificados porque, havendo queda de receita, são as obras públicas, como sabemos, que o Governo logo suspende.

É este um aspecto realmente importante da questão, tanto mais quanto Alagoas, Estado pobre, se insere na área do Nordeste que o Governo Federal se empenha em desenvolver, melhorando-lhe as condições de vida.

DE INTERESSE DE ALAGOANOS E BRASILEIROS

O Sr. Filinto Muller — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. ARNON DE MELLO — Com muito prazer.

O Sr. Filinto Muller — Eminente Senador Arnon de Mello, as informações que V. Exa. traz, através do seu fundamentado discurso, são realmente impressionantes. Estou certo de que o Presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool as levará em consideração. E não só o Presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool. Entendo que o assunto deva ser levado também ao Ministro da Indústria e do Comércio e ao Presidente da República. E espero ter oportunidade de pedir a atenção de Suas Excelências para as palavras que V. Exa. está pronunciando, aqui, expondo uma situação séria e importante, que interessa diretamente ao Estado de Alagoas, mas que interessa, também, de modo geral, a todos nós, brasileiros.

O SR. ARNON DE MELLO — Gratíssimo a V. Exa. eminente Líder, Senador Filinto Muller, pela sua solidariedade. Gratíssimo em meu nome pessoal e em nome do povo alagoano.

ARGUMENTOS

Os argumentos contrários ao atendimento do pleito de Alagoas não se situam no excesso da produção nacional de açúcar, porque, embora fixado o Plano de Safra dêste ano em 75.000.000 de sacos, o Brasil não produziu mais de 73.500.000 sacos. Além disso, os estoques de açúcar hoje existentes no País são de oito milhões de sacos menos que em 1964 e 1967, anos em que nem por isso parou a moagem de outros Estados. Quanto ao financiamento, não há igualmente problema, porque o plano financeiro aprovado pelo Conselho Monetário Nacional abrangia uma produção de 75.000.000 de sacos que não foi atingida nem, como vimos, o será, ainda que autorizada a produção de mais trezentos mil sacos que Alagoas pleiteia.

A LEI N. 4.870

Também a Lei n. 4.870, de 10. de dezembro de 1965, que dispõe sobre a produção açucareira, não é obstáculo a que seja atendida a solicitação alagoana. No seu artigo 3., declara-se que os contingentes destinados ao abastecimento interno e exportação serão fixados, nos Planos Anuais de Safra, "tendo em vista as cotas das usinas e o limite global da produção de açúcar no País". E em seu § 2.º admite "a redistribuição das cotas estaduais". Sòmente é considerado extra limite, pela Lei n. 4870, o açúcar produzido além dos limites do Plano Anual de Safra, e que gere um excesso de produção para o consumo. Ora, êste ano os limites do Plano de Safra não foram alcançados. São Paulo, com uma produção autorizada de 35.000.000, produziu 31.800.000 sacos. O Plano de Safra está, assim, desfalcado em 1970, pois, repita-se, fixada em 75.000.000 de sacos a produção nacional alcançou sòmente 73:500.000. Por que então não permitir a Alagoas moer as canas que estão nos campos e que produziriam 300.000 sacos, com os quais não se alcançaria ainda o limite do Plano de Safra?

Para discordar do pedido de Alagoas, não se basearam os órgãos técnicos do IAA em excesso da produção nacional dêste ano, pois houve decréscimo, nem no volume dos estoques, que são menores hoje que nos outros anos, nem na Lei n. 4870, que autoriza a redistribuição de cotas.

PREOCUPAÇÃO

O Sr. Vasconcelos Tôrres — V. Exa. permite um aparte?

O SR. ARNON DE MELLO — Pois não, Sr. Senador Vasconcelos Tôrres.

O Sr. Vasconcelos Tôrres — Representante de um Estado açucareiro — o Estado do Rio —, quero, neste instante e ao ensejo do seu discurso, manifestar a minha preocupação pela crise que se está delineando no setor da agro-indústria açucareira brasileira. Nós, fluminenses, enfrentamos hoje um problema muito sério porque o contingencionamento da produção ou não é obedecido, por motivos de ordem política, ou, então, por condicionamento meteorológico. São Paulo, hoje, se avanta na produção açucareira de todo o Brasil e, embora tendo tido a pior safra de todos os tempos, ainda apresenta excedentes. Se V. Exa. me permitir — e creio que não haverá de dar cunho regional aos seus discursos, dada a importância desse problema açucareiro, que nos convida a uma meditação muito grande — aqui, data venia, chamo a atenção de S. Exa. o Ministro da Indústria e do Comércio e — por que não dizer? — do próprio Presidente da República para o que está ocorrendo na terra fluminense, com o estabelecimento do preço do açúcar e do álcool. São Paulo, que dispõe da rede bancária mais importante da América Latina, está fazendo que o açúcar chegue ao maior centro produtor do Estado do Rio, que é o Município de Campos, por preço 50% abaixo da tabela, aviltando o preço e trazendo desestímulo aos usineiros, aos plantadores de cana, o mesmo acontecendo em relação ao álcool anidro. Ainda ontem, chamava eu a atenção do Senado para o fato de que não podemos cuidar apenas da época das vacas gordas. V. Exa. sabe que choveu abundantemente em São Paulo, que deve produzir cerca de 40 milhões, e há quem diga até 45 ou 50 milhões de sacas. O próprio Nordeste vai ser sacrificado por isso. Valho-me da gentileza de V. Exa., concedendo-me este aparte, para alertar as autoridades brasileiras a fim de que não haja uma crise em torno de um produto que é vital para a economia deste País e como S. Exa., o Sr. Presidente do I. A. A., não é representante, propriamente, nem da indústria, nem do usineiro, nem do fornecedor de cana, sendo homem inteiramente isento de compromissos, quer com a classe de plantadores, quer com a classe de usineiros, que sua atenção seja voltada para esse assunto, porque nós no Estado do Rio já estamos temerosos de enfrentar talvez a maior crise econômica, particularmente na área desse produto, que já tivemos em épocas passadas.

O SR. ARNON DE MELLO — Agradeço o aparte de V. Exa., nobre Senador Vasconcelos Tôrres.

LIMITE OFICIAL DE PRODUÇÃO

Sr. Presidente:

Aplicaram os técnicos do IAA, no caso alagoano, o limite oficial de produção, estabelecido em 98.772.828 sacos há cinco anos atrás, em 1965. Basta confrontar esses 98.772.828 sacos com os 73.500.000 produzidos este ano para verificar que tal limite não pode prevalecer. É impossível, especialmente num País em transição como o Brasil, fazer previsão a 15 anos de distância — já que somente em 1980 poderá o Brasil absorver aqueles 98.772.828 sacos de açúcar — e cristalizar direitos baseados em tal previsão. As oscilações verificadas no mercado do açúcar de 1965 para cá, embora vivamos neste setor em regime de economia dirigida, bem demonstram que carecemos, ao contrário, de um sistema altamente dinâmico e não de um regulador de oferta e procura que se não promove as oscilações também não as impede. São Paulo, que, em 1964-65, produziu 26.814.502 sacos, já em 1965-66 produzia 42.089.184, e em 1966-67 30.536.476 sacos.

Pode-se, por outro lado, dizer que o limite oficial de produção nacional fixado para o quinquênio 1965-70 só será alcançado em 1980, e alguns Estados jamais atingirão suas cotas.

CRITÉRIO EM DIVERGÊNCIA COM A REALIDADE

Além de encerrar este absurdo, o limite oficial de produção, instituído há cinco anos, e em defesa do qual se recusam as solicitações de Alagoas, baseou-se em critério que desde logo demonstrou sua divergência com a realidade — o critério da sublimitação técnica. Tomou-se por base a capacidade ociosa de cada usina, a capacidade das suas moendas. Como Alagoas não tinha capacidade ociosa, e crescia racionalmente, não foi beneficiada por êle, foi, ao contrário, prejudicada. Não se reconheceu a capacidade potencial de suas terras nem se considerou que fabricar açúcar é fácil, o difícil é produzir cana, e isso Alagoas pode fazer em excelentes condições de produtividade e custos.

Ficou, assim, Alagoas com um limite aquém de suas possibilidades, ou seja, um limite de 7.678.987 sacos. Aquela época, em 1965, as usinas alagoanas produziram 5.427.575 sacos, mas já em 1966 atingiram 6.972.830; em 1967, 7.115.746; em 1968, 7.839.070; em 1969, 9.000.000 de sacos, e na próxima safra a nossa capacidade se elevará a cerca de 10.500.000 de sacos.

Esse êxito extraordinário dos empresários alagoanos resultou dos seus esforços no sentido de utilizar métodos e instrumentos

RAZÕES DO ÊXITO

condizentes com os novos tempos, dentro da tecnologia moderna, visando à maior produtividade, com o que se aumentou a produção e se baratearam os custos. Aos incentivos ou subsídios que o Governo Federal concede à economia açucareira nordestina, os produtores alagoanos, dentro de uma arejada mentalidade desenvolvimentista, decidiram dar uma dupla aplicação. Parte desses subsídios destinaram ao pagamento de excesso de mão-de-obra inevitável, visto que o emprêgo dela é determinado pelas condições da terra nas áreas montanhosas, desniveladas e fisicamente inadaptadas ao trabalho mecanizado.

A outra parte dos incentivos federais os nossos produtores aplicaram na capitalização da atividade agrícola através de equipamento mecânico para tratos culturais, com a conseqüente elevação do nível de capital por trabalhador, similar do existente no Estado de São Paulo.

Sentindo os empresários alagoanos que não estávamos preparados para a indústria do automóvel, para a metalurgia, para a eletrônica, dedicaram-se ao desenvolvimento da agricultura canavieira, utilizando as terras planas dos tabuleiros, excelentes para a mecanização. E tal êxito obtiveram que Alagoas poderá reduzir o custo atual do saco de açúcar e produzi-lo em condições competitivas com o de Ribeirão Preto, em São Paulo.

MECANIZAÇÃO

Dispondo de 200.000 hectares de terras planas, até agora estéreis, Alagoas quer torná-las, tôdas, produtivas. Dos seis milhões de toneladas de cana que produz, dois milhões vêm dos tabuleiros, onde os nossos empresários se empenham em produzir não apenas os quatro milhões restantes mas tôda a nossa cana-de-açúcar, liberando as terras férteis para a lavoura de subsistência.

O Sr. José Ermírio — V. Exa. permite um aparte?

O SR. ARNON DE MELLO — Pois não.

O Sr. José Ermírio — V. Exa. traz ao Plenário desta Casa assunto dos mais importantes referente à lavoura, seja canavieira, rizícola, de milho, ou soja: a mecanização dos campos. Alagoas está de parabens, por ter tido a coragem de enfrentar os tabuleiros, julgados imprestáveis, com a mecanização. Também, com a mudança da variedade da cana plantada e do processo e do método de plantio e fertilização do solo, salvou a principal lavoura do Estado.

O SR. ARNON DE MELLO — Muito obrigado, Senador José Ermírio, pelo seu aparte. Mais adiante, no meu discurso, terei

oportunidade de referir o trabalho que V. Exa. está realizando, em Pernambuco, neste setor.

NÚMEROS FANTÁSTICOS

Alagoas apresenta êstes números fantásticos: quatro milhões de toneladas de cana são produzidos em cem mil hectares de terras férteis, enquanto em apenas 25 a 30 mil hectares de terras de tabuleiro se produzem dois milhões de toneladas, com um rendimento médio de oitenta toneladas por hectare (planta, soca, ressocas). Nas terras úmidas das várzeas, o rendimento é de 40 a 45 toneladas por hectare. E as terras roxas de São Paulo dão 70 toneladas em média por hectare.

A cana compete naturalmente com os outros vegetais mas, vegetal nobre, leva desvantagem na luta com os oriundos do massapé. No tabuleiro, entretanto, fortalecida pelos fertilizantes, vence a vegetação natural da área, que é mais fraca e pouco abundante. E enquanto, plantada no massapé, exige cinco limpas ao ano — excesso de mão-de-obra —, no tabuleiro se basta com apenas uma. Aí, as pragas se reduzem porque aí o contróle biológico é mais fácil. Também os custos agrícolas — o que é importante — diminuem porque, fisicamente mais forte, embora quimicamente pobre, o tabuleiro facilita as colheitas depois da época invernos, ao contrário da várzea, que as águas inundam e aí formam atoleiros. Numerosas outras vantagens apresenta o tabuleiro para a cana de açúcar, entre elas melhor arejamento e insolação da planta, que são fatores de maior produtividade.

BEM DE RAIZ

Diz-se que, no tabuleiro alagoano, cana é bem de raiz, por que aí se produz melhor, com muito mais socas que no massapé onde a umidade lhe é prejudicial. Calcula-se que Alagoas poderá produzir em 1980 até quarenta milhões de sacos de açúcar. Só quimicamente o açúcar é a mesma coisa em Alagoas e no Centro-Sul.

Há ainda a computar para Alagoas a vantagem de seus tabuleiros se encontrarem a apenas cinquenta quilômetros de distância do mar, enquanto as terras produtoras do Sul estão a quinhentos e setecentos quilômetros do pôrto. Também Alagoas se acha mais próxima dos grandes centros do mercado de consumo externo — a Europa e os Estados Unidos.

Ressalte-se que, aproveitando os tabuleiros para a cana, liberamos as várzeas e as encostas para o criatório e a lavoura de subsistência, o que já vem sendo feito para o maior equilíbrio econômico do Estado.

PRODUÇÃO ALAGOANA

Os esforços dos produtores alagoanos no sentido do desenvolvimento, com a utilização de suas terras planas a fim de permitir a mecanização e o emprêgo de fertilizantes para aumentar a produtividade, logo se fizeram sentir nos seis primeiros anos da década de 60, quando a agro-indústria açucareira nordestina permaneceu estagnada. E foi Alagoas, nêsse período crítico de esvaziamento do Nordeste, quem sustentou o crescimento canavieiro da região. Veja-se êste quadro:

1960 — 1966

RÍTMOS DE CRESCIMENTO

Valôres Absolutos

Nordeste	152.208 t./ano
Centro-Sul	1.981.313 t./ano

Valôres Relativos

1,167%
8,848%

Contribuição de Alagoas

Total Nordeste	152.208 t./ano
Alagoas	123.573 t./ano

Outro quadro, que, aqui divulgo, mostra que, no período 1960/1969, a taxa média de crescimento anual do Norte-Nordeste foi de 3,053050% ao ano e a do Centro-Sul de 5,226005%. No Norte-Nordeste, ainda foi Alagoas quem sustentou o crescimento:

Alagoas	7,129257%
Pernambuco	1,896355%
Outros Estados	0,810133%

E Alagoas, em seu crescimento, superou os produtores do Centro-Sul, cujas taxas médias foram as seguintes:

São Paulo	6,04753%
Rio de Janeiro	0,585270%
Outros Estados	7,552966%

E a tal ponto superou Alagoas os produtores do Centro-Sul que, mesmo excluído o açúcar demerara, que Alagoas exporta e

que não sofre incidência do ICM, a agro-indústria do açúcar participou em 1969 com 37,27% do ICM do Estado,

REVOLUÇÃO

Sabemos que a sociedade industrial exige consumidores. Dentro do seu espírito desenvolvimentista, os produtores alagoanos, utilizando as terras planas para a cultura da cana, se tornaram maiores consumidores da produção industrial.

Em consonância com os novos tempos, Alagoas aproveitou os seus recursos naturais e fez a revolução na agricultura.

Com tais processos e em tal ritmo de desenvolvimento, Alagoas haveria evidentemente de ultrapassar o seu limite de produção fixada em 1965. E' óbvio que o excedente aparece onde se torna mais fácil produzir e, não, onde é mais difícil fazê-lo.

Merece por isso Alagoas antes estímulo que desestímulo. Reconheçamos que se continuasse produzindo na base do excesso de mão-de-obra teria que aumentar os seus preços e necessitaria de maiores subsídios. No entanto, se continuar como vai, tornando cada vez mais econômica a sua atividade agrícola, em breve dispensará os incentivos federais.

E aqui não falo apenas de Alagoas, porque Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe também têm terras planas. Em terras planas de Pernambuco, o nosso colega Senador José Ermírio possui uma usina, a São José, para a qual apresentou ao GERAN o primeiro projeto de racionalização da agricultura.

DESENVOLVIMENTO

Alagoas, cuja economia repousa em cerca de 60% na atividade açucareira, não poderá ter taxas de crescimento nem mesmo ao nível médio esperado de 7 a 8%, se no seu setor açucareiro fôr proibida de se expandir a taxas superiores a 3%.

Para realizar o desenvolvimento alagoano com taxas similares às do Nordeste no seu todo, Alagoas não precisa no setor canavieiro de incentivos superiores aos demais Estados, podendo realizá-los em níveis competitivos imediatamente com os nordestinos e a longo prazo com o Centro-Sul. Não é uma zona monocultora de cana-de-açúcar mas uma área com nítida propensão de se tornar especializada. Ninguém até hoje imaginou condenar as áreas do médio oeste dos Estados Unidos como monocultoras de trigo, porque é considerada como área especializada. Alagoas quer o direito de produzir mais e a baixo custo para vender por menores preços.

A P Ê L O

Senhor Presidente:

Ante o que ocorre em Alagoas, dirijo desta tribuna caloroso apêlo ao ilustre General Tavares Carmo, nôvo Presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool, que admiro como uma das grandes figuras do Exército Nacional, hoje servindo o Brasil em setor dos mais importantes da nossa economia. Dirijo-lhe caloroso apêlo no sentido de determinar o reexame do pedido de Alagoas para produzir mais 300.000 sacos de cana-de-açúcar, com o que — frise-se mais uma vez — não se alcança ainda o limite de produção do Plano de Safra de 1969/70.

A P A R T E

O Sr. Eurico Rezende — V. Exa. permite um aparte?

O SR. ARNON DE MELLO — Com prazer, nobre Senador Eurico Rezende.

O Sr. Eurico Rezende — Tenho a impressão, Sr. Senador Arnon de Mello, que, durante tôda a atual Legislatura, êste foi o problema mais cruel, de ordem econômica, de Alagoas, ventilado, nesta Casa. Como V. Exa. afirmou, a prevalência desta medida irá suprimir a força de 50% da economia alagoana, segundo entendi das considerações de V. Exa.

O SR. ARNON DE MELLO — É verdade.

O Sr. Eurico Rezende — Ora, no instante em que determinada medida vai cortar a metade da potencialidade econômica de um Estado, fica caracterizado, por si só, que atrás dela virá, obviamente, problema social muito sério, e, sendo o problema social exacerbado, a matéria se desloca até mesmo do plano econômico para se situar no plano do interesse da segurança nacional. Um dos temas mais palpitantes, que tem merecido não só o cuidado mas mesmo a aconselhável obsessão do Govêrno, é o resguardo dos interesses da segurança nacional. Então, chega-se a esta conclusão: quando V. Exa. pede o reexame da medida adotada, resguarda o interesse econômico de Alagoas, do Estado que o nobre colega tão brilhante, dedicada e perseverantemente defende nesta Casa, e aponta também ao Poder Executivo a necessidade de debrucar a atenção, imediata e urgente, sôbre o ângulo conseqüente da segurança nacional. Assim, estou certo de que o discurso sereno, equilibrado e, sobretudo, generoso de V. Exa. há de se situar também na tôrre de ressonância e de compreensão do Govêrno Federal.

DIREITO DE PRODUZIR MAIS

O SR. ARNON DE MELLO — Nobre Senador Eurico Rezende, ainda há pouco, mal começava a falar, recebia do eminente Líder da ARENA e do Governo nesta Casa, o Senador Filinto Müller, um aparte em que, solidarizando-se com o que pleiteam os alagoanos, defendia S. Exa., perante o próprio Presidente da República, o ponto de vista de que o assunto devia ser cuidadosamente examinado com a preocupação de serem satisfeitas as solicitações de Alagoas.

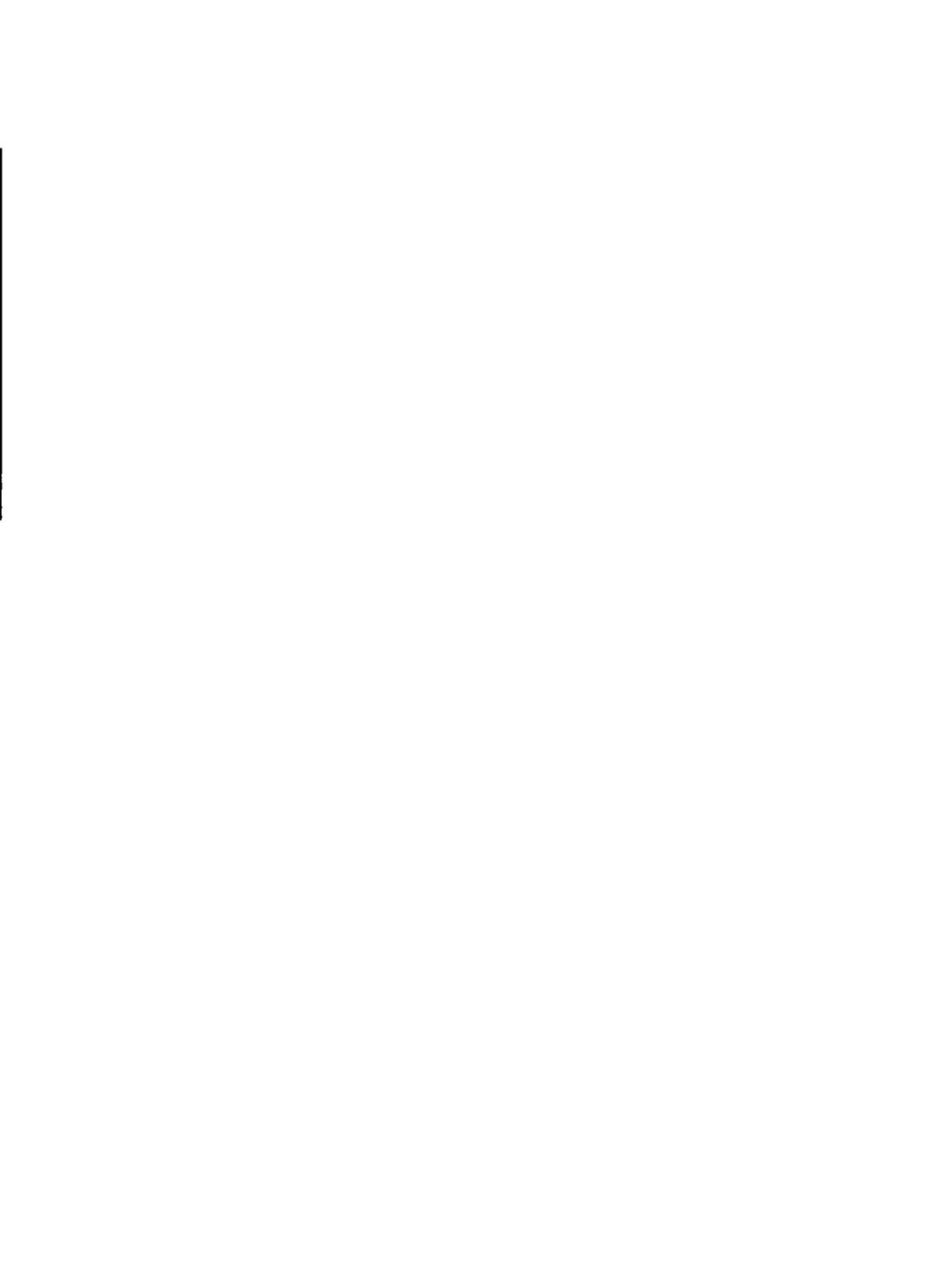
Agora, após os apartes dos nobres Senadores José Ermírio e Vasconcelos Tôrres, ouço a palavra de V. Exa. que não me lembro ter deixado de ouvir sempre que ocupo a tribuna. E V. Exa., com a responsabilidade de Vice-Líder do Governo nesta Casa, com a consciência de homem público, junta a sua voz à minha voz para que possamos conseguir do Governo Federal o que Alagoas pede, que é muito pouco: apenas o direito de produzir, produzir mais, para aumentar o produto nacional bruto, em benefício do próprio País. Muito obrigado a V. Exa., Sr. Senador Eurico Rezende.

MERCADO EXTERNO PARA O NORDESTE

Com a confiança que temos no patriotismo e espírito de justiça do Sr. General Tavares Carmo, desejo encarecer-lhe, desta tribuna, não apenas que permita que Alagoas produza agora essas trezentas mil sacas de açúcar, que estão nos campos em forma de cana, mas, também, que promova os meios de modificar o limite oficial de produção estabelecido em 1965 e que tudo indica só será alcançado em 1980. E ainda: que examine a possibilidade de reservar o mercado externo para o Nordeste, passando o Centro-Sul a suplementá-lo.

Senhor Presidente:

A Revolução de 64, que tão excepcionais serviços tem prestado ao Brasil, cumpre creditar o renascimento do Nordeste, que precisa ser fortalecido economicamente mesmo por imperativo da unidade nacional. E Alagoas, dentro do Nordeste, participa da obra desenvolvimentista da Revolução, promovendo fabulosa experiência de racionalização da agricultura que precisa e merece os estímulos do Governo revolucionário.



Erros e Distorções

Senhor Presidente: (*)

Volto hoje a esta tribuna ainda para tratar do açúcar, que está amargo para os alagoanos. Aqui falei na semana passada, quando muito me honrou o nosso ilustre Líder, Senador Filinto Muller, com um aparte em que declarava interessar o assunto não apenas aos alagoanos mas a todos os brasileiros. E o nobre Senador Eurico Rezende, distinguindo-me com outro aparte, ressaltou que o problema era de segurança nacional.

Falo em nome do meu Estado, com o sentimento do dever de brasileiro e com a consciência da minha responsabilidade de representante do povo. Nasci em Alagoas, que amo enternecidamente, mas não me domina a paixão regional, senão a preocupação do desenvolvimento global do País, do fortalecimento da unidade nacional. Falo com a serenidade de quem quer ver a realidade sem distorções, na sua nitidez plena.

CARTA DO PRESIDENTE DO IAA

Desde logo, cumpre render minha homenagem ao ilustre Presidente do IAA General Alvaro Tavares Carmo, a cujas qualidades cívicas e espírito de justiça fiz apêlo quando há dias ocupei esta tribuna, e de quem recebi ontem a carta que passo a ler, ressaltando a extrema amabilidade de suas palavra no que a mim se refere:

“Rio de Janeiro, v3 de abril de 1970

Exmo. Snr.

Senador ARNON DE MELLO

Li com a devida atenção e interêsse o brilhante discurso que Vossa Excelência pronunciou no Senado, na sessão de 9 do corrente, de que teve a nímia gentileza de me dar conhecimento através do Diário do Congresso Nacional.

(*) — Discurso pronunciado pelo Senador Arnon de Mello no Senado Federal, em Brasília, no dia 14 de abril de 1970.

Creia V. Excia. que as considerações ali feitas sôbre a potencialidade da indústria agro-açucareira de Alagoas, refreida artificialmente por uma limitação de cotas fixadas há cinco anos, mas ainda legalmente em vigor, tem sido objeto de constantes preocupações da atual administração desta Autarquia, que coloca o assunto entre os de maior relevância que terá de enfrentar.

São distorções e erros acumulados através de anos e que estão a exigir a devida correção, sob pena de graves consequências futuras. Considero um dever de minha administração abordar de frente êsses problemas a fim de tentar uma solução justa e equânime, dentro da conjuntura regional e nacional da economia açucareira.

Quanto ao pleito dos Usineiros de Alagoas que tive de indeferir, creia V. Excia. que o fiz a contra-gôsto, mas na convicção de que a obediência à Lei vigente é justificativa válida e mesmo o único suporte do homem público diante da necessidade de decidir quando interesses diversos estão em conflito.

Permita-me V. Excia. lembrar ainda que o meu ato nada mais foi do que a ratificação de importante resolução tomada, há cêrca de dois meses pelo Conselho Administrativo do Instituto do Açúcar que, ao conceder autorização para um aumento da produção alagoana no montante de um milhão de sacas (quando eram pleiteadas um milhão e trezentas mil), negou tácitamente as trezentas mil que depois foram reivindicadas, sem que nenhum outro argumento, ou fato nôvo — na minha opinião — o justificasse.

Certo de que V. Excia. saberá dar a devida validade a estas explicações, que presto com satisfação em homenagem ao reconhecido patriotismo, à inteligência e ao alto espírito público que V. Excia. sempre demonstrou no exercício da nobre função legislativa, subscrevo-me

Atenciosamente

ÁLVARO TAVARES CARMO."

AGRADECIMENTO

Muito agradecido e sensibilizado com a extrema gentileza das palavras do Sr. General Tavares Carmo, recebo sua carta como resposta a Alagoas, ao seu Governador, às classes econômicas, aos produtores e trabalhadores do açúcar, ao povo alagoano, empenhados todos em que não seja bloqueado o desenvolvimento do Estado para bem mesmo do Brasil.

Vê-se que o ilustre Presidente do IAA tem pensamento idêntico ao nosso, e o que o impede de atuar é o obsoleitismo de uma legislação inadequada à realidade e divergente do espírito revolucionário que se concilia e se alicerça no impulso para a frente como imperativo dos novos tempos. É de crer que, se dêle dependesse a solução do pleito alagoano, a decisão nos teria sido favorável.

A POSIÇÃO DE ALAGOAS

Não há porque condenar a posição de Alagoas, que é a de quem não se conforma com a rotina e quer andar para diante.

Utilizando seus vales úmidos, vinha Alagoas pelos anos afora produzindo açúcar num ritmo de câmera lenta. Em 1934/35, produziu 1.239.783 sacas. Dez anos depois, em 1944/45, 1.427.210; em 1954/55, melhorou sua produção para 2.827.635 sacas. Mas em 1964, decidiu recorrer às terras pobres dos tabuleiros para o plantio de cana, na base da mecanização e adubação. O resultado não se fez esperar, e foi fabuloso. Se na safra 1963/64, produzíamos 4.597.470 sacas, já em 1964/65 elevamos a nossa produção para 5.160.947, chegando em 66/67 a 6.972.830 sacas; em 68/69 a 7.839.070, e em 1969/70 a cerca de 9 milhões de sacas. Na nova safra, de 1970/71, se nos permitirem, ultrapassaremos os 10 milhões.

OBJEÇÃO DESARRAZOADA

Não nos parece justa nem, porisso mesmo, válida a alegação de que Alagoas não pode aumentar sua produção açucareira em face de impedimentos legais. O limite oficial de produção atribuído a Alagoas em 1965 foi positivamente injusto e iníquo, porque, já o dissemos, não considerou as possibilidades das suas terras e dos seus novos métodos de trabalho.

As condições naturais de Alagoas para a produção de açúcar — entre elas também o índice pluviométrico e a topografia — são excepcionais em relação ao Nordeste e ao próprio Sul. Na zona da

mata e do litoral, onde se cultiva a cana, as sêcas que afligem a região nordestina não perturbam a nossa produção. Por outro lado, não nos atingem as geadas, que danificam as plantações do Sul.

Alagoas recorre à tecnologia moderna nas suas terras de tabuleiro sílico-argilosos, que se prestam excepcionalmente à mecanização, bem melhor que as nossas próprias várzeas, as de Pernambuco, do Estado do Rio, e grande parte das de São Paulo. Com isso, barateia de tal modo os custos da produção que, depois dos investimentos iniciais para o destocamento e preparação das terras, poderá dispensar os subsídios ou incentivos do Governo Federal e competir com o açúcar produzido em Ribeiro Preto, São Paulo.

VALES ÚMIDOS E TABULEIROS

Empenham-se os produtores de açúcar de Alagoas em liberar todos os vales úmidos para as lavouras de subsistência, transferindo — considere-se a importância disso — a agricultura da cana para terras até então abandonadas por estéreis. Alcançam assim maior produtividade, pois se calcula que a cana do tabuleiro dê até mais de vinte socas, enquanto a dos vales úmidos não vai além de três, e sem excesso de mão de obra primária. Além de carecer de uma limpa anual apenas, quando na várzea necessita de até cinco limpas, a cana do tabuleiro é mais fácil de cortar porque em geral cresce retilínea, enquanto a da várzea se curva e se recurva.

CUSTOS DIRETOS E INDIRETOS

Os custos diretos, representados por mão de obra, adubos, mecanização, defensivos agrícolas, ainda elevados em Alagoas, tendem a reduzir-se. A mão de obra corresponde hoje, na formação do custo da cana, a 3,6 homem-dia por tonelada.

Se os custos diretos ainda são altos, os indiretos são bem baixos, especialmente em relação a São Paulo, como se verá destes dados, de "pesquisa sobre condições e custos de produção da lavoura canavieira", feita pela Fundação Getúlio Vargas:

CUSTOS MÉDIOS %

	Diretos	Indiretos	Total
São Paulo	66,5	34,5	100%
Alagoas	86,2	13,8	100%

DESENVOLVIMENTO ACELERADO

Alagoas acelera o desenvolvimento agrícola, no sentido do futuro, e dentro da realidade brasileira. Recorde-se que, antes, para instalar-se neste país uma usina, exigiam-se: a) beira de rio; b) beira de estrada de ferro; c) terras naturalmente férteis. Mas o Brasil construiu o caminhão e aumentou sua rede de estradas de rodagem, reduzindo a importância da estrada de ferro; fabricou o adubo, eliminando a condição de terras férteis; fez máquinas agrícolas, impondo o trabalho mecanizado; promove a irrigação, o que em breve dispensará a beira do rio.

Nação melhor para um país que deseja realmente desenvolver-se do que esse esforço de racionalização da agricultura através do aproveitamento das terras planas, da adubação e da mecanização, o que importará na redução dos custos e barateamento da vida. Por que condenar ao atraso quem tem condições favoráveis para produzir bem e a preços baixos?

LEI MORTA

A verdade é que Alagoas, valendo-se de elementos produzidos no próprio país, se esforça, com excelentes resultados, no aproveitamento dos seus recursos naturais. Entretanto, uma lei, que nasceu morta pela inadequação à época, impede Alagoas de desenvolver-se. Comporta-se mal Alagoas, porque, possuindo terras planas, se integra nos novos tempos, persegue a produtividade, aumenta a produção, barateia os custos e, conseqüentemente, a vida? Evidentemente não. Pode a lei injusta prevalecer contra a ofuscante realidade? Se temos condições de produzir açúcar por preços mais baixos, por que o produzirmos por preços mais altos?

A carta do eminente General Alvaro Tavares Carmo, em que ressaltam o patriotismo e a clarividência de uma das melhores figuras das nossas Forças Armadas, testemunha que "a potencialidade alagoana está refreída artificialmente" e que este fato "tem sido objeto de constantes preocupações da atual administração da Autarquia, que coloca o assunto entre os de maior relevância que terá de enfrentar".

DISTORÇÕES E ERROS

Senhores Senadores:

Permitam-me repetir mais estas palavras da carta do ilustre Presidente do IAA, em apoio de quanto eu aqui disse na defesa dos direitos de Alagoas no campo da agro-indústria do açúcar:

“São distorções e erros acumulados através de anos e que estão a exigir a devida correção, sob pena de graves consequências futuras. Considero um dever de minha administração abordar de frente esses problemas a fim de tentar uma solução justa e equânime, dentro da conjuntura regional e nacional da economia açucareira.”

APOIO DO MDB

O S. José Ermírio — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. ARNON DE MELLO — Pois não, eminente Senador José Ermírio de Moraes.

O Sr. José Ermírio — No discurso que V. Exa. fêz no dia nove dêste mês, aparteei V. Exa. para cumprimentar o Estado de Alagoas pelo grande esforço e coragem de transformar os tabuleiros inaproveitáveis em zonas produtoras de cana. Hoje, quero compartilhar do elogio que V. Exa. faz ao General Tavares Carmo, que é, a meu ver, um grande Presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool. E' um homem sério, capaz, íntegro e trabalhador, um homem que, realmente, deve dar ao Instituto uma projeção grande tanto na organização interna como externa. Era o que tinha a dizer.

O SR. ARNON DE MELLO — Eminente Senador José Ermírio de Moraes, alegra-me ouvir o aparte de V. Exa. Líder da Oposição nesta Casa, ex-Presidente do Partido da Oposição, V. Exa. reconhece o valor e as qualidades de um dos mais dignos auxiliares do atual Governo Revolucionário. Muito obrigado a V. Exa.

NADA DE PESSOAL

O Sr. Teotônio Vilela — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. ARNON DE MELLO — Com todo o prazer, Senador Teotônio Vilela, meu companheiro da representação alagoana.

O Sr. Teotônio Vilela — Estou chegando de Alagoas. Já li o discurso que V. Exa. pronunciou nesta Casa e ouço o que está proferindo, inclusive a carta do Sr. Presidente do Instituto do Açú-

car e do Alcool. Estou inscrito para falar ainda esta semana, a fim de transmitir ao Senado o que está ocorrendo em Alagoas e no Instituto do Açúcar e do Alcool, quantas distorções estão determinando o estado de pânico, de angústia e de desesperança em que caiu o nosso Estado. Acabei de ouvir, ainda há pouco, o aparte do Senador José Ermírio, exaltando a personalidade do eminente Presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool. Alagoas não está contra o General Presidente dêsse Instituto, e nós outros dispensamos qualquer advertência nesse sentido, porque não se trata de criticar um Presidente de uma Autarquia açucareira que assumiu o cargo há poucos dias. Queremos defender a economia alagoana, fraccionada, quebrada no seu equilíbrio econômico interno, e levar subsídios ao Sr. Presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool para que êle corrija todos êsses erros, os quais, inclusive, confessa na carta que enviou a V. Exa. O que ocorre, Sr. Senador, é que vivemos dentro de uma mistificação da lei de limites de quotas. Essa mistificação desejo desmascarar da tribuna do Senado, sem nenhum receio de contestação e sem ferir a pessoa do Sr. Presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool, nem a pessoa de ninguém. Nós não estamos aqui para tratar de pessoas; estamos aqui para tratar de problemas.

POVO PERPLEXO

O SR. ARNON DE MELLO — V. Exa., Senador Teotônio Vilela, além de homem público, é produtor de açúcar. V. Exa. é dono do assunto. Lamento que V. Exa., por motivo de força maior, não tenha estado aqui antes, porque seria a sua voz e não a minha que o Senado teria ouvido na defesa da agro-indústria do açúcar de Alagoas.

O Sr. Teotônio Vilela — V. Exa. refletiu todo o nosso drama dentro de um aspecto. Apenas eu me permito, como pessoa diretamente ferida, abordá-lo dentro do contexto da política nacional. O discurso de V. Exa. calou muito bem junto aos alagoanos; não simplesmente junto àqueles ligados à agro-indústria do açúcar, mas junto ao povo alagoano, que está perplexo, como quem recebe uma pedrada. Apenas direi que trato do assunto dentro daquilo que chamei de mistificação das cotas oficiais do Instituto do Açúcar e do Alcool. E para me adiantar um pouco ao eminente Senador José Ermírio, quero dizer que as cotas não foram, nem são herança divina, ou seculares a serem distribuídas, nem tampouco problemas para serem negociados.

CONGRATULAÇÕES

O SR. ARNON DE MELLO — Nobre Senador Teotônio Vilela. é muito agradável debater com V. Exa. assunto em que estamos absolutamente de acôrdo, eu como amador, e V. Exa. como profissional, porque produtor de açúcar. Dado o conhecimento que V. Exa. tem do problema é indispensável que sua voz autorizada seja aqui ouvida em defesa de Alagoas.

Sr. Presidente:

As palavras da carta que me dirigiu o digno Sr. General Tavares Carmo confirmam a nossa confiança nas suas virtudes de bom brasileiro e dá-nos a convicção de que o problema do açúcar será bem conduzido, resguardando-se devidamente os altos interesses nacionais e sociais que êle envolve.

Congratulo-me, por isso, Senhor Presidente, com o Senado, de cuja tribuna Alagoas fez ouvir a sua voz, e com Alagoas, que vê a justiça da sua causa reconhecida por esta Casa e por quem tem a responsabilidade de dirigir o órgão supremo da economia açucareira nacional.

Os Dois Vice-Reinados do Açúcar

Senhor Presidente:

Por duas vêzes, no mês passado, trouxe eu o açucar  consideração desta Casa, onde represento Alagoas e a ARENA, a cujo Diretório Nacional me honro de pertencer. Como então ressaltai, o açucar , em minha terra, capital social, pois contribui com 52% para a receita orçamentária do Estado e emprega mão-de-obra de cêrca de cinquenta mil operários, que somam, com suas famílias e dependentes, aproximadamente trezentas mil pessoas.

Não foi, entretanto, apenas como alagoano e nordestino nem por interêsse político que aqui me pronunciei. Não defendi própria-mente direitos do meu Estado e da minha região, tanto êstes se confundem com os do País. Ao homem público há de ser sempre defeso considerar projetos e decisões, atos e fatos, smente nos seus efeitos presentes e setoriais sem lhes medir as repercussões futuras e os desdobramentos que comprometam o conjunto. A autenticidade e a sobrevivência da Nação lhe inspiram e nutrem o sentimento de responsabilidade, base moral de quantos se dediquem ao serviço do povo. E é a consciência histórica nacional que se fez presente nas suas palavras quando em defesa do patrimnio legado pelas gerações.

ATITUDE DO IAA

Volto hoje ao problema do açucar no cumprimento de um dever que me impõe o mandato popular de que estou investido. Representante de um Estado açucareiro nas condições de Alagoas, não me sentiria  altura de minhas responsabilidades se não desse conhecimento ao Senado e, através dêle,  Nação do que ocorre no setor em prejuízo do desenvolvimento. Falo isento de qualquer paixão regio-

(*) — Discurso pronunciado pelo Senador Arnon de Mello no Senado Federal, em Brasília, no dia 14 de abril de 1970.

nalista, falo a linguagem dos números e dos fatos, sem distorções nem enganos. E só rogo a Deus que não me faltem palavras de clareza capaz de elucidar e argumentos que persuadam.

No meu primeiro pronunciamento, estranhando que o Instituto do Açúcar houvesse negado autorização a Alagoas para moer duzentas mil toneladas de cana que se achavam nos campos, sob o fundamento de um limite oficial de produção, artificial e injusto, destaquei a confiança que os alagoanos depositam no General Tavares do Carmo, ilustre Presidente do IAA. Do eminente brasileiro recebi, então, carta de que dei conhecimento ao Senado e na qual confessa êle haver sido a contragosto que recusou a solicitação de Alagoas, vencido por erros e distorções praticados ao longo dos anos e inseridos em diploma legal que precisa ser revisto sob pena de graves conseqüências. Dei-lhe, à carta, a divulgação que merecia como documento do mais alto teor moral: um homem de bem protestando contra a injustiça que erros e distorções o forçaram a praticar.

Fui ao Rio de Janeiro e procurei o General Tavares Carmo, que de viva voz me confirmou o que me escrevera. Tive, então, oportunidade de reafirmar-lhe o meu grande aprêço e de dizer-lhe que era a Revolução que a seu lado se achava no comando da política do açúcar, e haveria de derrotar a rotina e as superadas estruturas do Instituto que perturbavam o desenvolvimento global da Nação. No IAA se travava, realmente, uma luta do interesse da própria Segurança Nacional, como em aparte ao meu discurso bem dissera o nobre Senador Eurico Rezende.

PROGRESSO ALAGOANO

É Alagoas um dos Estados menos aquinhoados com as benesses da Sudene. E isso é até certo ponto compreensível, porque não temos infra-estrutura e condições semelhantes às de Recife ou Salvador para atrair os investidores do Sul.

Mas os alagoanos, atendendo à convocação do Govêrno da União para lutar pelo progresso, e estimulados pelos incentivos fiscais e financiamentos federais, até sem juros, como o dos adubos, lançaram-se ao trabalho e realizaram na agricultura da cana uma autêntica revolução, aumentando a produtividade e barateando os custos do açúcar. Valeram-se das imensas faixas de tabuleiros, terras planas até então estéreis e hoje excepcionalmente produtivas, não somente pela qualidade da cana, mas especialmente pela vantagem econômica extraordinária que oferecem ao plantio, ao cultivo e às colheitas. A par disso, os produtores de açúcar de Alagoas, já agora ajudados pelo espírito renovador e pela capacidade empreendedora dos seus jovens descendentes, reequiparam suas usinas, fazen-

do investimentos de cêrca de NCr\$ 20.000.000 (vinte milhões de cruzeiros novos) anuais, com o que algumas já alcançam hoje rendimento industrial superior a 100 quilos por tonelada de cana moída. Em decorrência de tal orientação e de tantos esforços, pôde Alagoas colocar-se em terceiro lugar neste País, entre os 17 Estados produtores de açúcar onde se acham instaladas trezentas usinas. Situa-se, assim, Alagoas depois de São Paulo e de Pernambuco, e representa 11,3% da produção açucareira nacional (safra 68/69). De 1960 para cá a expansão da agro-indústria alagoana alcançou a taxa de 7% ao ano, com o que garantiu ao Norte-Nordeste uma taxa anual de 3%, a metade da obtida pelo Centro-Sul, que foi de 6%. A participação do açúcar no ICM do Estado foi, em 1969, de 37,27%, enquanto em 1967 era de 31,14%.

PALAVRAS DO CHEFE DA NAÇÃO

Esses esforços fabulosos tiveram novos estímulos no discurso que, em 7 de outubro do ano passado, pronunciou o Senhor General Emílio Garrastazu Médici, ao transmitir ao País a comunicação de haver aceitado sua candidatura à Presidência da República, e no qual pregou o “incremento da produção e a expansão do mercado, tendo em vista o atendimento das regiões menos desenvolvidas e a correção dos desequilíbrios da renda”.

Se os limites oficiais de produção do açúcar no Brasil, artificialmente fixados há cinco anos, não atendem à equidade nem muito menos à realidade da maioria dos Estados do Nordeste, *perturbando o incremento da produção e a expansão do mercado, desatendendo as regiões meros desenvolvidas e agravando, em vez de corrigir, os desequilíbrios da renda* — para usar palavras do Senhor Presidente da República —, injusto e inconcebível será mantê-los, tanto ferem eles não apenas os interesses de uma região mas os da própria Nação.

ATO E FATO

Foi para mim grande alegria verificar que as palavras do emittente General Tavares Carmo não temiam o ato, isto é, que seu pensamento se transformaria em fato na devida oportunidade. Graças a Deus, Senhores Senadores, as palavras e o pensamento do Presidente do IAA encontraram correspondência no Senhor Ministro da Indústria e do Comércio, no Senhor Ministro da Fazenda, no Senhor Ministro do Planejamento e no Senhor Presidente do Banco do Brasil. Foi possível, assim, a Alagoas, ver considerada, no Plano de Safra dêste ano, parte de suas reivindicações, ou seja, 60% do aumento de quota que pedira.

Venceram, assim, os alagoanos a primeira etapa da áspera

luta mas há outras etapas que precisam ser consideradas na sua devida importância. A causa de Alagoas se confunde com a da Nação, que é a do desenvolvimento global, inviável se se estimulam e aprofundam as terríveis disparidades regionais que nos bloqueiam o futuro.

DEFESA DE ALAGOAS

O Sr. Eurico Rezende — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. ARNON DE MELLO — Com prazer.

O Sr. Eurico Rezende — A Casa assiste, com prazer, ao seu pronunciamento, e recebe, com alegria, a notícia de que cerca de 60% da área de reivindicações de Alagoas foram cobertos pelo atendimento governamental. Alagoas fica devendo essa vitória à pertinácia de V. Exa. que, realmente, não só discursando no Senado da República de maneira substanciosa e convincente, mas principalmente, nos contatos diretos e pessoais que vem mantendo com as autoridades que têm pertinência com o assunto, obteve finalmente a compreensão oficial. Quando do último discurso de V. Exa. sobre essa palpitante questão, tive oportunidade de apartear-lo, e, pelos telegramas que recebi, de vários interessados e de várias entidades de Alagoas, verifiquei que o problema, mais do que a atenção, mereceu a aprovação do Governo e do povo daquele Estado. Então a finalidade da minha breve intervenção é congratular-me com V. Exa., que mais uma vez, com êsse triunfo merecido, demonstrou a sua profunda dedicação e, mais do que isso, a sua aplaudida pugnacidade na defesa dos grandes interesses do seu Estado.

SÃO PAULO APOIA

O SR. ARNON DE MELLO — Nobre Senador Eurico Rezende, agradeço, sobremodo sensibilizado, as palavras de V. Exa. É, realmente, para emocionar ouvir de V. Exa., Líder da ARENA nesta Casa, o testemunho de que aqui desempenho, com o sentimento de missão, o mandato que o povo alagoano me conferiu. E' ainda, para mim, profundamente grato, ouvir de V. Exa. palavras de solidariedade à causa que aqui defendo, não apenas como alagoano mas, também, como brasileiro.

O Sr. Lino de Mattos — V. Exa. permite um aparte?

O SR. ARNON DE MELLO — Pois não, nobre Senador Lino de Mattos.

O Sr. Lino de Mattos — Acho absolutamente legítima a reivindicação feita por Alagoas, através dos pronunciamentos oportunos e valiosos de V. Exa., no sentido da ampliação, para melhor aten-

der a economia do Estado, da sua quota de produção de açúcar. Estou concorde com o nobre Senador Eurico Rezende, quando credita a V. Exa. essa esplêndida vitória. Realmente, V. Exa. merece os cumprimentos de seus pares e, certo, o apoio da opinião pública do Estado de Alagoas e brasileira, porque V. Exa. defende, em última análise, problema da economia nacional: maior produção. Apenas para que a opinião pública fique devidamente esclarecida, convinha que o nobre colega deixasse consignado pormenor importante: que o aumento de cotas para a produção de açúcar resultou da ampliação do mercado consumidor e exportador, e não do sacrifício de nenhuma outra unidade federativa concorrente. Parece-me aconselhável e interessante o esclarecimento.

O SR. ARNON DE MELLO — Honram-me, nobre Senador Lino de Mattos, suas palavras, pelo aprêço que tenho a V. Exa. e também por sua condição de representante do Estado de São Paulo, grande produtor de açúcar. A solicitação de V. Exa. será plenamente atendida no decorrer do meu discurso.

O Sr. Eurico Rezende — Vai-me permitir V. Exa. outro aparte, Senador Arnon de Mello.

O SR. ARNON DE MELLO — Pois não.

O Sr. Eurico Rezende — V. Exa., que se está revelando um *bátonnier* neste assunto, vai-nos explicar, invocando a célebre frase “digam lá os sábios da escritura, que segredos são êsses da natura”: — se o IAA atendeu agora, ou melhor, solucionou agora 60% do problema do açúcar criado em Alagoas, por que, à época em que se verificou a crise, de que V. Exa. nos deu conhecimento, não reduziu logo a 40% o problema? Isto é que é estranhável!

O SR. ARNON DE MELLO — A curiosidade de V. Exa. e a sua estranheza, nobre Senador Eurico Rezende, são em verdade procedentes. A sua curiosidade será por mim atendida, no desdobramento do meu discurso.

O Sr. Eurico Rezende — Irei cobrar, se não fôr atendido.

O SR. ARNON DE MELLO — Será, seguramente.

ORIGENS

Permito-me, Senhor Presidente, rememorar as origens da grave crise em que se vê ainda envolvido o meu pequeno Estado, ou seja, a atual divisão do Brasil, no campo do açúcar, em dois blocos: o Centro-Sul e o Norte-Nordeste.

Tudo começou no início da década de 40, quando produzíamos quase todo o açúcar consumido pelo País. Durante a Segunda Guerra Mundial e finda esta, São Paulo, que então fabricava cinco milhões de sacos, quando somente Pernambuco produzia nove milhões, propunha-se a implantar em seu território dez usinas de açúcar,

cada um de quinhentos mil sacos. Alegava a necessidade de aumentar sua participação na produção açucareira nacional, tendo em vista a ampliação do mercado Centro-Sul, que representava fatia muito alta no mercado total do País e crescia a taxas superiores às possibilidades do Nordeste em atendê-lo de imediato. Argumentava ainda que, além de mal abastecido, ao Centro-Sul chegava o produto por preços elevados, decorrentes das despesas do transporte.

Pôde, em tais condições, aumentar o Centro-Sul a sua participação na produção açucareira nacional. No triênio 1948/51, permaneceu o Nordeste à frente dele, com 696.539 toneladas de açúcar, mas já o Centro-Sul produzia 671.539 toneladas. No triênio 51/54, começou o Centro-Sul a ultrapassar o Nordeste, e no triênio 60/63 — doze anos depois — chegávamos a esta situação: Centro-Sul, 2.033.571 toneladas de açúcar; Nordeste, 1.134.377 toneladas. Quase dobrou nos doze anos a produção sulista em relação à nordestina.

Durante o período de 1954/1966, a taxa de desenvolvimento açucareiro do Centro-Sul foi de 10,028% ao ano, enquanto a do Nordeste foi de 2,435%. Na segunda metade desse período, 1960/1966, o Centro-Sul alcançou 6,914% ao ano e o Nordeste 0,981% ao ano, isto é: o Centro-Sul quase 7% de desenvolvimento e o Nordeste menos de 1% ao ano.

EXPANSÃO

Até 1957, expandiu-se a produção sulista com vistas ao mercado interno. A partir, porém, desse ano, passou o Centro-Sul a produzir sistematicamente tanto para seu mercado interno, já saturado, quanto para exportação. E foi através da produção para exportação que pôde livrar-se das suas periódicas crises de superprodução. Ante o reclamo do Centro-Sul para moer seus imensos excedentes de cana de 1965/66, decidiu o IAA autorizar uma produção desnecessária de 14.260.000 sacos, na base de estudos segundo os quais iria faltar açúcar para o consumo interno, o que não se verificou. Com isso, vieram os excedentes, e, para absorvê-los mais rapidamente, foi o Centro-Sul autorizado a fabricar açúcar demerara e a exportá-lo por Santos.

Enquanto isso, o Nordeste ficou com os seus armazéns cheios de açúcar, do que lhe adveio, no quinquênio 65/70, prejuízos de NCr\$ 63.000.000,00 (sessenta e três milhões de cruzeiros novos), além de uma redução de NCr\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de cruzeiros novos) na partilha da renda bruta do setor açucareiro nacional.

A elevada taxa de crescimento do Centro-Sul se deveu, naturalmente, aos bons lucros auferidos no mercado interno, sempre mantido saneado e até mesmo em condições de oferta insuficiente, através de exportações, às vezes excessivas, no decorrer daqueles doze

anos. E enquanto isso, o Norte-Nordeste, afastado do mercado do Centro-Sul, deslocado das exportações e sofrendo, por vêzes, a concorrência no seu próprio mercado interno, não teve condições para obter margem de poupança capaz de ampliar ou sequer manter sua participação percentual na produção açucareira nacional.

DIVISÃO DO FUTURO

Foi depois desses doze anos que se dividiram os direitos de produção para o futuro, tomando-se por base a situação injustamente criada, com o Centro-Sul espetacularmente crescido, e o Nordeste modesto e pobre. Surgiram, assim, as duas áreas açucareiras, cabendo ao Centro-Sul fabricar 64,24% da produção nacional e ao Nordeste, 35,76%.

O quadro é, além de injusto, artificial, mas nós, alagoanos, — e aqui está a resposta ao eminente Senador Lino de Mattos — não queremos modificá-lo. O que pleiteamos é que não se desosse ainda mais o Nordeste, reduzindo-lhe ainda mais a quota já tão iníqua e arbitrariamente fixada.

O Sr. Lino de Mattos — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. ARNON DE MELLO — Com muito prazer.

O Sr. Lino de Mattos — Apenas para consignar o meu agradecimento pessoal pela atenção de V. Exa. em dar a resposta que prometeu ao meu aparte, e me felicito porque verifico que ela já estava mesmo contida no seu pronunciamento. Foi, assim, uma espécie de adivinhação de minha parte. Mas não há adivinhação; há, sim, conhecimento realmente do problema. Estou de acordo com V. Exa. Houve erro, sem dúvida, na orientação do IAA, atribuindo ficticiamente quotas elevadas para o Centro-Sul e, em particular, para o Estado que representa nesta Casa, que é São Paulo. O IAA forçou São Paulo a uma ampliação de produção de açúcar e álcool, em prejuízo da nossa produção principal, fundamental, da maior riqueza brasileira, que é o café. Fazendas imensas de café tiveram os pés desse produto erradicados para a plantação de cana e a transformação dela em açúcar. Resultado prático: hoje, São Paulo é um dos pequenos produtores de café, perdeu a liderança para o Estado do Paraná. E o Brasil perdeu a liderança para a África, com relação ao mercado consumidor dos Estados Unidos. Recentemente, ocupei a tribuna desta Casa para, com dados estatísticos oficiais, mostrar que no ano de 1969 os Estados Unidos importaram mais café da África do que do Brasil. Grande parte da culpa disso cabe a essa orientação errônea, forçando o Estado de São Paulo a produzir açúcar e álcool, quando o Estado de V. Exa., Alagoas, e outros Estados do Norte, estavam em condições de atender a essa produção, sem prejuízo da verdadeira produção do Estado de São Paulo, que é o

café, na parte da agricultura. Congratulo-me com V. Exa. pelo ponto de vista que acaba de expender, contrário a que se reduzam as cotas da Região Centro-Sul. O que está feito, deixa ficar.

O SR. ARNON DE MELLO — Não pode V. Exa. calcular, nobre Senador Lino de Mattos, a alegria com que ouço de um paulista da sua categoria as palavras que acaba de pronunciar, no que diz respeito à política do açúcar, orientada pelo Instituto do Açúcar e do Alcool.

PLANO DE SAFRA

Chegamos agora ao Plano de Safra de 1970/71, que esperávamos considerasse devidamente a situação, sanando males resultantes de erros e distorções praticadas ao longo de tantos anos, e muito especialmente no decorrer do quinquênio de 1965/70.

Lamento, entretanto, dizer, Senhores Senadores, que tal não se verificou, pois não foi razoável o critério adotado na formulação do Plano de Safra. Repetiram-se através dêle as mesmas injustiças que marcaram 1965/70. Tomaram-se para base das autorizações de produção as proporções do último quinquênio — o quinquênio dos excedentes imensos que geraram dificuldades de conseqüências graves —, em vez de adotar-se a proporcionalidade dos direitos oficialmente reconhecidos, isto é, dos limites oficiais de produção.

Quebrou, assim, o Plano de Safra o percentual de 64,24% para o Centro-Sul e 35,76% para o Norte-Nordeste, estabelecido na lei que já era prejudicial à nossa região. Agravou-se, em tais condições, a injustiça. Mesmo com o milhão e meio de sacos que Alagoas vai produzir a mais, por decisão do Conselho Monetário Nacional, o Norte-Nordeste não terá os 35,76% estabelecidos pelo limite oficial de 1965.

ESTADO DO RIO

O Sr. Vasconcelos Torres — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. ARNON DE MELLO — Pois não.

O Sr. Vasconcelos Torres — O tema comporta vários ângulos. Primeiro, o Plano de Safra em si, tecnicamente feito pelo Instituto do Açúcar e do Alcool, em bases econômicas, analisando detalhadamente as condições meteorológicas nas áreas da agro-indústria açucareira e outros fatores. É, assim, um dos mais sérios e inteligentes trabalhos de previsão econômica que se realiza neste País. Quanto à sua contestação, no caso particular, admito que êle venha a ser objeto de discussão, como ora o eminente colega o faz. Outro aspecto dêsse assunto tão sedutor, tão importante e tão atual, é quando V. Exa. diz que a Região Centro-Sul teria determinada cota, ou estou depreendendo assim — tem tratamento privilegiado, e promove a fabricação praticamente à porta dos centros consumidores. Eu queria decompor êsse Centro-Sul nas unidades que o constituem. Ci-

to o caso do meu Estado natal, o Estado do Rio, que enfrenta problema, de certo modo, correlato ao de Alagoas: temos um vizinho potente, capaz, com uma rêde bancária que é a maior da América Latina, uma capacidade de trabalho tremenda, mas que não pratica, em têrmos açucareiros, a política da boa-vizinhança. Tenho — e o direi sempre —, pela gente paulista, um aprêço ilimitado pois em tal campo ainda não há cotas. Não faço contingenciamento de afeto em relação ao povo bandeirante, mas diria que nós, fluminenses, somos alvo — e agora mesmo estamos sendo — dêsse poder esmagador, dessa moenda diferente: não é a moenda da usina, é uma moenda que esmaga a atividade daqueles que produzem, é uma moenda que, através do processo de aviltamento do preço do produto, cria problemas sociais gravíssimos. Saiba V. Exa. que comerciantes paulistas estão vendendo açúcar e álcool por preço às vêzes 50% abaixo da própria tabela oficial fixada pelo Instituto do Açúcar e do Alcool. Se apartei V. Exa. — desculpe o aparte ser um pouco longo — foi para dizer o seguinte: foi criada uma Comissão Mista para estudar os problemas da agroindústria açucareira, desde o tempo do saudoso gaúcho Leonardo Truda até o General Tavares Carmo. O que estamos vendo é que a política açucareira tem que ser reexaminada, tem que ser vista nos aspectos diferentes da produção ainda precária que constatamos em alguns lugares. Hoje, São Paulo, esta é a verdade, se industrializou muito e já está acompanhando as famosas bolandeiras, mas, há no Estado de V. Exa., que estimo muito, e no meu também, várias usinas que poderiam ser classificadas de engenhos e que produzem 50, 150 e 300 mil sacos. De modo que a reformulação industrial, parece-me, é um aspecto dentre outros que precisam ser salientados. Quero felicitar V. Exa., mais do que outra coisa. V. Exa. há de ser muito querido em sua terra, há de ser compreendido, pela voz destemida que sempre tem ecoado neste recinto, em defesa de todos os setores econômicos de Alagoas, mas, particularmente, daqueles que ainda apresentam aspectos medievais na sua paisagem econômica. No seu Estado, pelo que sei, pelo que li, pelo que vi, o problema social canavieiro é dos mais graves. Lembra, em algumas partes — aliás, todo o Nordeste, vamos falar com sinceridade — o período colonial, onde o homem é uma peça do engenho não devidamente adaptada às condições modernas da produção. Desculpe-me pelo aparte tão longo.

ROTINA

O SR. ARNON DE MELLO — Agradeço a V. Exa., nobre Senador Vasconcelos Torres, a colaboração que traz à elucidação do tema que aqui debato. Lamento que, pela primeira vez, possivelmen-

te, neste Plenário, discorde um pouco de V. Exa., quando se refere à capacidade técnica do Instituto do Açúcar e do Alcool para formular o Plano de Safra. Lamento, ainda, dizer a V. Exa., que a rotina e a estrutura avelhantada do IAA comprometeram a elaboração do Plano de Safra deste ano, no que diz respeito aos interesses do desenvolvimento nacional. Muito obrigado a V. Exa. pelo seu aparte.

O Sr. Vasconcelos Torres — Quero pedir permissão a V. Exa. para dizer o seguinte: aceito a discordância, em parte. Acrescentaria que há uma seção de estudos econômicos altamente modernizados dentro do Instituto. Já não falo do serviço de estatísticas, mas de uma organização de dados pluviométricos. Os elementos de ordem técnica permitem, realmente, — como diz muito bem V. Exa. — um novo estudo do Plano de Safra, que é sujeito a alterações. Entretanto, permita-me V. Exa. dizer que ele não é resultante de uma instituição avelhantada, pois é o que há de mais moderno em previsão econômica.

O SR. ARNON DE MELLO — V. Exa., nobre Senador Vasconcelos Torres, vai concordar comigo depois de me ouvir.

PRODUÇÃO DE DEMERARA

Senhor Presidente:

Ainda falta mais de um milhão e trezentos e cinquenta mil sacos a serem autorizados, para completar a participação percentual do Norte-Nordeste, nos termos previstos naquela absurda divisão do futuro, feita em 1965, pelo IAA, sem atentar para os interesses maiores das oportunidades de desenvolvimento e da segurança nacionais.

No Plano de Safra do IAA deste ano se estabelece a previsão de uma necessidade de produção de 82.500.000 sacos, quando as possibilidades do mercado são de 77.500.000. E o excedente de produção autorizado o IAA deu em demerara ao Centro-Sul em detrimento do Nordeste. Como se sabe, é o açúcar demerara o instrumento de que dispõe o Governo para uma judiciosa subdivisão das oportunidades de mercado, instrumento este que tem sido sempre utilizado para propiciar lucros ao Centro-Sul e despesas ao Norte-Nordeste.

A afirmação exige provas, e eu as apresento através de números e fatos. No ano passado, o Centro-Sul produziu 1.271.000 sacos de açúcar demerara nos primeiros meses de sua safra, e o Conselho Monetário Nacional proibiu a exportação deles até janeiro de 1970, pelo receio de vir a faltar açúcar na região. Houve, evidentemente, precipitação do IAA em autorizar essa desnecessária produção de demerara que devia ser de cristal, e a fim de evitar carência do produto nos grandes centros consumidores, foi ele obrigado a cri-

ar cotas compulsórias de açúcar cristal para as refinarias do Rio de Janeiro e de São Paulo, cotas compulsórias que seriam dispensáveis se a oferta estivesse em nível normal. Fato idêntico já se observara no ano anterior, decorrente ainda uma vez de excessiva produção de açúcar demerara no Centro-Sul, no total de 5.500.000 sacos, quando, no máximo, deveria ter sido autorizada uma produção de 3.500.000 sacos, para tranquilizar o abastecimento de açúcar na região. E o certo seria alocar a cota para exportação à região cuja produção não pudesse ser absorvida pelo seu mercado interno, ou seja, o Nordeste.

No último quinquênio, o IAA comprou no Centro-Sul cerca de 28.000.000 de sacos de demerara e dele já exportou, aproximadamente, 27.500.000, a bem dizer a totalidade. No Nordeste, o IAA comprou, no mesmo quinquênio, 55 milhões de sacos, mas ainda se encontram lá, em estoque, nada menos de 10 milhões de sacos.

Enquanto no Sul os estoques de demerara pouco demoram, no Nordeste se eternizam por falta de determinação do IAA para exportá-los. Depois, alega-se que o Nordeste não tem infra-estrutura de armazéns, que vivem sempre apinhados de açúcar.

Para se dar ao Nordeste uma participação no mercado total do País, igual aos 35,76% a que tem direito legal, seria preciso, nesta safra de 70/71, que ele exportasse de quinze a dezesseis milhões de sacos, e não os 13.500.000 previstos no Plano de Safra. A participação do Centro-Sul nas exportações seria, então, de cerca de 2.500.000 sacos e não de 5.000.000, como lhe foi indevidamente atribuído pelo IAA.

NÃO É VÁLIDO O ARGUMENTO

Não se argumente que o Centro-Sul é mais próximo do Uruguai e do Chile e, portanto, interessa que as exportações para esses países consumidores se façam por esta Região. Basta, no entanto, ver a relação do açúcar embarcado em Santos nos últimos tempos para verificar-se que o seu destino foi, sobretudo, o Oriente Médio e a África. E não seria válido o argumento de que os países latino-americanos que nos compram açúcar ficam mais próximos do Centro-Sul porque a pequena diferença de frete não compensa o sacrifício que isso representa para o Nordeste.

Considere-se, ainda, a esse respeito, que temos até hoje no Nordeste 4.500.000 sacos de açúcar demerara em estoque, provenientes dos reflexos da superprodução da safra de 1965/66 do Centro-Sul.

Seria justo, aliás, que o IAA nos concedesse a possibilidade de exportar esses excedentes não nordestinos, só depois disso permitindo o Centro-Sul exportar os 5.000.000 de sacos de açúcar de-

merara a êle atribuidos pelo atual Plano de Safra. Dar-se-ia, assim, ao Nordeste prioridade para exportação, de modo a drenar aqueles estoques que vêm do passado e não são da nossa responsabilidade. Esta reivindicação parece-nos absolutamente procedente.

CAUSA NACIONAL

Sr. Presidente:

Tenho, por diversas vêzes, ocupado esta tribuna a fim de tratar de assuntos vários, alguns desligados das minhas habituais preocupações de estudioso de problemas brasileiros. Para aqui trouxe matéria de ciência e tecnologia como cuidado hoje de questão econômica. Posso assim proceder porque recorro não apenas à ajuda dos livros mas à colaboração de ilustres brasileiros, conhecedores dos temas que debato, aos quais me confesso reconhecido.

Os dados e argumentos que hoje aqui alinho, ao mesmo tempo em favor do meu Estado, da minha Região e do meu País, não fogem à verdade, antes, pelo contrário, neia se alicerçam, e vêm das melhores fontes, nutridas no amor à Pátria.

Por êles se verifica que, durante o quinquênio 1965/70, o Brasil vendeu 349.413.000 sacos de açúcar, sendo 262.642.000 sacos no mercado interno e 86.771.000 sacos no mercado externo.

Houvessem sido ditas oportunidades de mercado legalmente subdivididas entre as duas Regiões produtoras de açúcar do País, teria o Nordeste entrado com 124.321.000 sacos, contra 225.091.000 sacos fornecidos pelo produtores da Região Centro-Sul.

Se a lei tivesse sido obedecida — e ela foi muito citada ainda há pouco, quando Alagoas pleiteou moer 200.000 toneladas de cana que ficaram nos campos porque a nossa solicitação não foi atendida —, se a lei houvesse sido obedecida, os efeitos das produções regionais sôbre os respectivos estoques teriam sido os seguintes :

a) a Região Centro-Sul possuiria, hoje, 11.128.000 sacos armazenados, além dos estoques com que havia iniciado êste quinquênio, pagando, ela própria, os ônus gerados pela sua superprodução da Safra 1965/66;

b) enquanto isso, a Região Norte-Nordeste teria atravessado êste quinquênio com o seu mercado interno rigorosamente saneado, com os seus armazéns descongestionados, já que, por não haver contribuído, em momento algum, para o crescimento dos estoques nacionais, lícito seria que os seus produtores houvessem tido o benefício de não pagar pela superprodução do Centro-Sul.

DESRESPEITO À LEI

Ocorreu, entretanto, rigorosamente o contrário: o Centro-Sul chega ao fim do período com, apenas, 1.200.000 sacos a mais do que no início do período, enquanto o Nordeste teve os seus estoques elevados em mais de 4.700.000 sacos.

Vejam-se os números na sua clamorosa eloquência: o Centro-Sul produziu 7.300.000 sacos a mais daquilo a que tinha direito e os seus estoques foram elevados de cerca de 1.200.000 sacos; enquanto isso, o Nordeste, que produziu 7.300.000 sacos a menos do que lhe cabia produzir, teve os seus estoques acrescidos de mais de 4.700.000 sacos.

AVALIAR E COMPREENDER

É fácil avaliar os prejuízos que tão violenta distorção causou a uma economia pobre, como a nordestina. É difícil compreender como tudo isso foi praticado sob a vigência de uma Lei, a Lei n. 4.870, que, paradoxalmente, manda que o IAA tenha sempre presente e em vista a importância setorial da indústria do açúcar na economia regional.

É difícil compreender isso, por uma razão muito simples: foi o próprio IAA o responsável único por tal distorção. Perguntar-se-á como a praticou. E a resposta é fácil: através da excessiva compra de açúcar demerara na Região Centro-Sul.

Isto significa que a oportunidade conferida, graciosamente, ao Centro-Sul, para vender quase 10.000.000 de sacos a mais do que aquilo a que tinha direito de vender, foi dada pelo IAA, através da compra de mais de 21.000.000 de sacos, logo nos três primeiros anos deste quinquênio, e de quase 28.000.000 de sacos, no período todo. A compra dos primeiros 21.000.000 saneou completamente o mercado interno da Região Centro-Sul, e as subsequentes criaram um mercado de procura.

DIFÍCIL A SITUAÇÃO DO NORDESTE

Enquanto isso, está o Nordeste, até hoje, com o seu mercado interno saturado, pagando os ônus daí decorrentes, por obra e graça de um órgão que, se não devesse favorecê-lo, pelo menos não deveria prejudicá-lo.

Acrescente-se, agora, que, para atenuar o problema dos estoques excessivos criados pelos atos do IAA, e somente por eles, o Nordeste converteu em mel rico invertido pouco mais de 3 000.000 de sacos.

Mas se êste açúcar houvesse sido fabricado, nem assim teria o Nordeste ocupado tôda a faixa de mercado a que tinha direito. E, o que é pior, no último ano dêste quinquênio, teve o Nordeste que perder parte de sua lavoura, sob a alegação inclusive de que os estoques regionais eram excessivos.

NORDESTE APREENSIVO

Há de perguntar-se porque só agora o Nordeste levanta esta questão. A explicação é que acreditava o Nordeste que o erro clamoroso de 65/66, de flagrantes vantagens para o Centro-Sul, não passasse de um sombrio episódio do passado. Acreditava que seus direitos mínimos fôsem, de agora por diante, respeitados. Acreditava que, uma vez absorvidos os efeitos daquela superprodução do Centro-Sul, nenhuma nova crise lhe seria imposta.

Mas, infelizmente, o Nordeste tem razões para estar apreensivo. No Plano de Safra 1970/71, a sua participação na produção autorizada foi de 1.300.000 sacos a menos do que aquilo a que tem direito nos termos da proporcionalidade estabelecida pela Lei n. 4.870: 30.422.000 sacos, contra 55.090.000 sacos para o Centro-Sul. E, ainda assim, nem toda a sua reduzida produção autorizada terá as garantias que são dadas ao excesso de direitos concedidos aos produtores da Região Centro-Sul.

MERCADO DE CONSUMO

Senhores Senadores:

É isto o que me dizem os números e os economistas, alarmados com erros e desvios que comprometem todo o País. Afinal, nem mesmo ao Centro-Sul interessa o enfraquecimento econômico do Nordeste, que, mercado de consumo dos seus manufaturados, precisa de recursos para poder pagá-los.

Anote-se, a propósito, que Alagoas, autorizada, no ano passado, a produzir um milhão de sacos de açúcar a mais do que o previsto no Plano de Safra 1969/70, não teve permissão de fabricar demerara, mas somente cristal, sob a alegação de que os estoques de demerara eram excessivos.

Anote-se, ainda, que no mês passado, a 7 de abril, a Alagoas foi negada autorização para moer excedentes de canas avaliados em 200.000 toneladas, que produziriam 300.000 sacos de açúcar, não obstante em 1965 houvesse o mesmo IAA concedido autorização ao Centro-Sul para moer excedentes de cana que produziram, como já ficou dito, 14.260.000 sacos.

Além disso, vinte dias decorridos dessa negativa à solicitação de Alagoas, o novo Plano de Safra dá a São Paulo permissão para fabricar 5.000.000 de sacos de açúcar demerara, cujos estoques no entendimento do IAA eram, há dois meses, excessivos. É diga-se, mais uma vez, que em 1969 fabricou aquêlê Estado apenas 1.271.000 sacos de demerara, criando, ainda assim, problemas ao abastecimento normal do mercado da Região Centro-Sul.

O QUE PLEITEAMOS

Não se argumente que, pleiteando o direito de produzir de acordo com as suas possibilidades, Alagoas prejudique o Centro-Sul ou particularmente o Estado de São Paulo. Pleiteamos apenas produzir dentro dos direitos do Nordeste, utilizando saldos de produção não realizados por outros Estados da Região. Pleiteamos apenas que não se repita o que ocorreu no quinquênio 1965/70, durante o qual foram transferidos do Nordeste para São Paulo direitos de produção sobre 7.316.000 sacos e direitos de mercado sobre 9.956.000 sacos. Não parece mais justo que as oportunidades de trabalho e de auferição de renda, conferidas por lei ao Nordeste, em vez de serem transferidas ao Centro-Sul, quando algum Estado do Nordeste não produza a sua cota, fiquem com outro Estado da própria Região que tenha condições de fazê-lo?

É, ademais, extremamente absurdo que, para respeitar uma limitação de segunda ordem, derivada de uma subdivisão pouco inteligente dos direitos de produção açucareira entre os Estados do próprio Nordeste, se desrespeite o princípio maior da subdivisão de oportunidades entre as duas Regiões, ferindo frontalmente a proporcionalidade e, mais do que isto, desrespeitando a obrigação legal de conceder, não apenas equidade, mas um tratamento favorecido à Região, onde, em termos relativos, seja mais importante a agroindústria açucareira. A pretexto de respeitar o mínimo, desrespeita-se o máximo, o lógico, o racional, o legal.

NORDESTE

O Sr. *Teotônio Vilela* — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. *ARNON DE MELLO* — Pois não, nobre Senador Teotônio Vilela.

O Sr. *Teotônio Vilela* — Senador Arnon de Mello, em primeiro lugar, eu, como pequeno agricultor de açúcar no meu Estado, louvo a atitude de V. Exa. em trazer a esta Casa e, conseqüentemente, à Nação, os números irrefutáveis que são citados por V. Exa. Não tenho aqui, como continuo a dizer, delegação de

ninguém para falar. Falamos, evidentemente, como homens públicos responsáveis pelo interesse do nosso Estado e, sobretudo, pelos interesses da nossa região, porque, dentro dela, um Estado depende do outro. Ainda vivemos, no Nordeste, na base de um princípio que não é ecológico mas é, sobretudo, sociológico : lá alguém, para viver bem, precisa do outro. Isto não ocorre no Centro-Sul onde cada Estado tem a sua independência total. V. Exa., ao examinar os números atribuídos ao Nordeste e atribuídos ao Centro-Sul, faz uma fixação legítima da injustiça contra nós cometida. Não vou entrar, Sr. Senador Arnon de Mello, no mérito da questão que V. Exa. está defendendo com tanto brilho. Direi apenas a V. Exa., e direi ao Senado, que todos esses números que V. Exa. defende, que nós defendemos como produtores, serão inócuos se o Governo da República não tomar conhecimento deles. Trata-se — é o que digo com absoluta veracidade, e tive oportunidade de dizê-lo em 1961, em São Paulo —, trata-se de uma discriminação, discriminação apoiada pelo poder econômico! E é este poder econômico que nos asfixia no Nordeste. A tese levantada por todos os que estão ricos, é a de que o Nordeste só poderá receber qualquer vantagem no dia em que o copo de sua riqueza esborrar. Essa, pelo menos, foi a tese defendida pelo Sr. Roberto Campos e que, ainda hoje, está prevalecendo no País. Então, os números que V. Exa. traz, inclusive com esta linguagem que será entendida pelo País inteiro, esses números, Sr. Senador, serão inócuos se o Governo da República não os tomar a sério. Agora, Sr. Senador, o meu desafio ao Governo da República é no sentido de que tome a sério esses números; é o que espero que ele faça. Não estamos aqui apresentando denúncia graciosa. Estamos denunciando a gravidade da situação que se cria de agora por diante, mercê das distorções entre Centro-Sul e Norte-Nordeste. Espero, Sr. Senador, que o discurso de V. Exa. tenha realmente eco, que não fique somente dentro destas paredes, e que alguém o ouça, porque voltaremos a esta tribuna para dizer, então, do resultado desta grave denúncia. Há dez anos, vivo eu envolvido neste tema e lamento citar aqui — lamento e ao mesmo tempo elogio — a presença do Senador Leandro Maciel para envolvê-lo num problema como este, que muita gente pensa que é um problema de interesse econômico pessoal ou de grupo, mas que é um problema não de interesse do Nordeste, mas de interesse nacional. Isto ninguém leva em consideração. Lembro-me muitíssimo bem de que, em 1961, quando tudo estava acabado, quando havia uma repressão semelhante a esta quanto ao nosso trabalho, nós nos insurgimos em Alagoas, nós nos levantamos e fomos ao Instituto do Açúcar e do Alcool para pedir-lhe o direito de trabalhar. Era seu Presidente, naquele instante, o hoje Sr. Senador

Leandro Maciel, e êle chegou ao ponto de ir ao Estado verificar, canto por canto, tôdas aquelas denúncias que lhe foram feitas. E concluiu que nós tínhamos condições e direito de trabalhar. Enfrentou êsse rôlo compressor do Centro-Sul contra nós. Pedimos a Deus, que não nos atende só quando pedimos diante do oratório, mas eu não posso, públicamente, rezar também aos homens. Que eles tenham coragem de contestar as nossas palavras e a nossa capacidade de trabalho. Leandro Maciel, Presidente do IAA àquela época, foi ao meu Estado, constatou tudo e afirmou peremptoriamente o seu apoio à agroindústria do açúcar do Nordeste. Sr. Senador, a minha veemência não é fruto de uma emoção regional. E' fruto de uma emoção nacional. Eu espero que esta Nação se reencontre, mas que se reencontre através dos homens, inclusive, dentro daquilo que referiu o Presidente Médici — o jôgo da verdade. Que êles venham a nós com o jôgo da verdade porque, se não vierem, estamos dispostos, nós de Alagoas, que só queremos trabalhar, a desmascarar muita gente.

DEPOIMENTO

O SR. ARNON DE MELLO — Senhor Senador Teotônio Vilela, não me surpreendem o calor e a emoção das suas palavras, pois que somos filhos do mesmo Estado, da mesma região, do mesmo País, e sofremos na própria pele, como alagoanos, o terrível da injustiça que visa a impedir-nos de trabalhar, produzir e progredir. Faço minhas as palavras de V. Exa. em homenagem ao grande Senador Leandro Maciel. Sou testemunha de como foram tocadas a sua sensibilidade e a sua consciência de brasileiro e de homem público pelo sofrimento de Alagoas, e conheço bem os resultados da viagem de S. Exa. à nossa terra desamparada, dando-nos, naquela hora de grandes aflições, o conforto e a ajuda da sua ação e da sua autoridade como Presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool.

Prosseguindo, Sr. Presidente...

O Sr. *Leandro Maciel* — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. ARNON DE MELLO — Pois não, nobre Senador Leandro Maciel.

O Sr. *Leandro Maciel* — Chamado ao debate pelo aparte do nobre colega, Senador Teotônio Vilela, devo prestar o meu testemunho sôbre a luta do Estado de V. Exa., quando eu estava na Presidência do Instituto do Açúcar e do Alcool. A crise que atravessava a agroindústria açucareira de Alagoas foi levada ao meu conhecimento pelo nobre colega Teotônio Vilela, que fez pousada no Instituto do Açúcar e do Alcool. Ali permanecia todos os dias,

pela manhã e pela tarde, despertando a Presidência para o caso gravíssimo do seu Estado. Mandei fazer o levantamento nos setores agrícola, industrial e comercial das usinas de Alagoas, e cheguei à conclusão de que, em sua maioria, estavam aparelhadas com os recursos dos usineiros que não haviam entrado no Instituto do Açúcar e do Alcool; mas, na hora de essas usinas começarem a dar a sua produção, faltava-lhes o essencial: o capital de giro. Apela-vam a todos os órgãos da Administração os usineiros sacrificados de Alagoas, que, desatendidos, corriam para os agiotas, fazendo empréstimos a juros de 5% e até 10% ao mês a fim de acudir às necessidades mínimas de suas usinas, que se encontravam na entressa-fra, preparando-se para a moagem. Aconteceu o impossível: deslo-quei-me para Alagoas, atraído pela situação gravíssima, e lá, na Associação Comercial da Capital do Estado de V. Exa., tive eu de presi-dir a mais singular das assembléias, na qualidade de Presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool. Presidi uma reunião de agiotas, todos êles poderosos, que queriam esmagar os homens que tra-balhavam pela agroindústria açucareira de Alagoas. A atitude que tomei valeu para conter aquela gente insaciável. A minha presença em Alagoas evitou, também, que duas usinas fôsem à falência que ia-ser requerida contra elas; e que um banco sofresse, no dia se-guinte, uma corrida anunciada. Vi com os meus olhos a situação dessas usinas. Compreendi a situação gravíssima que me relata-rá o nobre colega Teotônio Vilela e dei, dentro dos recursos do Instituto do Açúcar e do Alcool, a maior assistência ao Estado de V. Exa. Hoje, fico muito satisfeito porque, de três milhões de sa-cos de açúcar, Alagoas já anuncia uma safra de dez milhões e qui-nhentos mil sacos. Depois daquela intervenção houve um certo alí-vio do produtor alagoano, e Alagoas começou a trabalhar. Agora, V. Exa. tem razão de estar protestando e pedindo que o Instituto volte suas vistas para Alagoas, porque, se Alagoas foi movimen-tada, trabalhada no sentido de maior produção, se as usinas foram reaparelhadas para isso, como é que vão deixar aquela gente, de- pois de tantos sacrifícios, sem poder produzir? Mas quero chamar a atenção de V. Exa. para êste aspeto: se acontecem essas distor-ções ou essa injustiça entre o Nordeste e o Centro-Sul do País, somos também grandemente responsáveis por isso, reconheçamos. O Centro-Sul conseguiu tudo do Instituto do Açúcar e do Alcool, embora só nordestinos estivessem ali na sua presidência.

O Sr. Ruy Carneiro — Perfeito.

O Sr. Leandro Maciel — Êsses nordestinos, que representa-vam os interesses da nossa Região, não tiveram a coragem de frear as ambições desmedidas do Centro-Sul, que queria esmagar defi-nitivamente a produção do açúcar do Nordeste brasileiro. Foi para

dar êsse aparte que pedi permissão a V. Exa., interrompendo seu discurso.

A HORA DO NORDESTE

O SR. *ARNON DE MELLO* — Nobre Senador Leandro Maciel, o seu depoimento enaltece os alagoanos, homens honrados, progressistas e devotados ao trabalho, e também exalta a personalidade de homem público e de homem de Estado de V. Exa., que, na direção do Instituto do Açúcar e do Alcool, atuou em defesa do reconhecimento ao Nordeste do direito de produzir. Muito obrigado a V. Exa.

Afinal, Senhor Presidente, Senhores Senadores, a hora é de desenvolver o Nordeste para reduzir as disparidades regionais. Lá o Governo da União fez Paulo Afonso, fez a SUDENE, e é justo que o IAA nos trate com equidade, assegurando ao Nordeste, no seu todo, as oportunidades de trabalho e de mercado a que legalmente temos direito dentro da partilha da produção nacional. Não se pode admitir — vale acentuar — que, a pretexto de se respeitarem limitações resultantes de uma subdivisão irracional dos direitos de produção entre os próprios Estados Nordestinos, se transfiram essas oportunidades de trabalho do Nordeste para o Centro-Sul. Isto é extremamente grave, porque erosa uma Região pobre, carecedora de oportunidades, em favor da outra, mais rica e mais desenvolvida.

Não se alegue, para impressionar em desfavor nosso, que ao Nordeste foi concedida maior participação na produção para o mercado externo. Certo que, segundo está previsto, o Nordeste produzirá 77% das exportações, mas, em contrapartida, o Centro-Sul já ocupa por razões de ordem natural 80% do mercado interno, que é mais de três vezes mais amplo que o mercado externo. O equitativo seria, então, destinar, ao Nordeste, não 77%, como ocorre, mas 90 ou 100% da produção para exportação.

PREÇOS

Cumpra esclarecer a posição de Alagoas no que se refere aos preços da cana e do açúcar. Defendemos que o Governo Federal atue nesse campo com a consciência de que jamais se encontrará instrumento tão válido para o equilíbrio da oferta e da procura quanto uma sábia política de preços e de crédito. No ano passado, foram, ao que tudo indica, exagerados os aumentos de preços concedidos à cana e ao açúcar, e em decorrência disso o País se acha a braços com uma crise de superprodução, notadamente na Região Centro-Sul.

E se forem mantidas as produções de açúcar para exportação aos níveis atualmente previstos, é de supor que teremos a repetição pura e simples daquilo que ocorreu no quinquênio 65/70, o Centro-Sul colherá os seus excedentes agrícolas, e o Nordeste acumulará os estoques.

ROTINA CRISTALIZADA

Não nos queixamos do Presidente do IAA, o eminente General Tavares Carmo, cujo aprêço pela causa de Alagoas e do Nordeste está demonstrado na carta que me dirigiu e na concordância que deu à proposta do representante do Ministro da Fazenda e do Conselho Monetário Nacional, no sentido de o Governo Federal comprar um milhão e meio de sacos de açúcar extralimite a Alagoas.

O de que nos queixamos é da rotina cristalizada, da superada estrutura do IAA que não lhe permite ver e sentir a realidade nacional em seu conjunto para agir em consequência.

Não nos queixamos — repito — do ilustre Presidente do IAA, o digno General Tavares Carmo, homem honrado a tôda prova, mas prêso, no órgão que dirige, a um sistema que cria tôdas as dificuldades para o Nordeste e tôdas as vantagens para o Centro-Sul, eliminando quaisquer veleidades de competição por parte dos nossos produtores de açúcar.

O *Sr. Teotônio Vilela* — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. ARNON DE MELLO — Pois não.

O *Sr. Teotônio Vilela* — Permito-me, apenas, lembrar o discurso que, ontem à tarde, pronunciou, aqui, o nobre Senador Duarte Filho, no qual relata o que ocorre no seu Estado, o Rio Grande do Norte, em matéria de fome e miséria. Leio, hoje, nos jornais, que, inclusive no Ceará, já foi um trem assaltado. Mas os assaltos pela fome, os assaltos pela população faminta, não merecem a consideração dêste País. Merecem, sim, os assaltos a Bancos que todos os dias acontecem, sem que ninguém saiba onde estão os assaltantes. Entretanto, o assalto pelas populações famintas do Nordeste desgraçado, êste, sim, é que é levado em consideração pelo País. Discordei do discurso pronunciado, há três dias, pelo Senador Attilio Fontana, quando, por uma infeliz associação de idéias, S. Exa. atribuía os assaltos a Bancos, dentro de uma ilação lógica, ao êxodo dêstes homens famintos. Não há nada disso, Sr. Senador. Há homens com fome. Êste, exatamente, o triste drama de Alagoas, que pede para colhêr a sua safra de 10.500.000 sacas, plantada por êsses homens que o bacharelismo tecnicista ou o tecnicismo bacharelesco do Instituto do Açúcar e do Alcool proíbe que trabalhem. Baixam instruções com café pequeno ou com chá e

torradas para dizer que Alagoas não produza 10.500.000 sacas, através de seus trabalhadores e empresários e, ao mesmo tempo, vão dar dinheiro do Tesouro para sanear a situação gravíssima dos miseráveis da sêca. Temos no nosso sertão — já chegou a Arapiraca, já chegou a Batalha — a aflição da sêca. Aqueles que estão dentro da orla úmida e que querem trabalhar baixam Instruções altamente gloriosas e ilustrativas. Isto é o que eu condeno, Srs. Senadores. Então, nossos homens da Zona da Mata, com enxada ou com arados, estão sem trabalhar, porque o Govêrno proíbe que trabalhem, porque o Govêrno proibiu que limpassem cana, porque exige que sejam limitadas as produções dentro do Estado? Ao mesmo tempo, êste mesmo Govêrno faz o maior alarde para dizer que vai angariar dinheiro para socorrer os flagelados. Êstes já estão chegando à nossa própria zona, a da mata. Gostaria que alguém de bom senso, dentro dêste Govrno, verificasse esta contradição: quem quer trabalhar e quem quer auxílio. Nós não queremos auxílio; queremos, simplesmente, o direito de trabalhar. Registro, dentro do discurso de V. Exa., Senador Arnon de Mello, estas incongruências, para chegar à seguinte conclusão: todos os estudos, dêste Govêrno como dos anteriores, são, ainda, impenetráveis no complexo social do Nordeste. Esta a minha grande tristeza.

O SR. ARNON DE MELLO — Senador Teotônio Vilela, recordo-me, neste instante, daquela frase de Santo Tomás de Aquino, segundo a qual nem a Graça Divina modifica a natureza humana. Ouvindo V. Exa., na veemência e no calor do seu aparte, como que revejo aquele candente Deputado à Assembléia Legislativa de Alagoas, que me honrou desempenhando as funções de Líder do meu Govêrno.

INVIABILIDADE

O desacêrto e a injustiça, senhores Senadores, do limite oficial de produção de açúcar fixado para Alagoas bem se afirmam na inviabilidade de se realizarem as cotas do Nordeste sem uma participação maior do nosso Estado. Quem disse ser possível atingir esta Região os 35,76% da produção nacional de açúcar, se se estabelece para Alagoas o ínfimo limite de bem menos de um quarto desses 35,76%, e menos de 8% do limite global do País, que é de 98.772.828 sacos? E por que restringir a nossa cota a 7.678.987 sacos no conjunto nordestino de 35.139.825 sacos, quando, como se viu, podemos produzir êste ano 10.500.000 sacos e em breve outro tanto, se nos permitirem fazê-lo?

O erro do limite exíguo e arbitrário é ainda mais evidenciado e clamoroso nesta hora de calamidade para o Nordeste ferido pela sêca, os flagelados rejeitados da terra comburida, quando sabe-

mos que, tivéssemos a segurança de colher as nossas canas, poderíamos dar trabalho a mais cinco mil homens no Estado. Muitos dos sertanejos alagoanos que sofrem hoje os efeitos da longa estiagem, trabalhavam até há pouco na zona da mata, e não teriam sido dispensados da lavoura canavieira não fosse a retração a que nos obrigou a impossibilidade de moer o resto das nossas canas que permaneceram nos campos. Os produtores já nem limpam os seus campos porque não tem a certeza de colher o que plantaram. No entanto, o Plano de Safra, que previu para o Centro-Sul 10.000.000 de sacos a mais que no ano passado — 55.000.000 e 45.000.000.000 respectivamente — previu 500.000 sacos a menos para o Norte-Nordeste, que fez 28.000.000 de sacos em 1969-70 e só tem autorização para fabricar êste ano 27.500.000.

PAULO AFONSO

Senhor Presidente:

Lembro nesta hora o idealismo e a bravura cívica da campanha de Apolônio Salles em favor da construção da Usina Hidrelétrica de Paulo Afonso, a cachoeira que “estava rouca de gritar pelos engenheiros do Brasil”, como bradou, ao visitá-la, José Li^{ns} do Rêgo. Foi uma luta sem quartel aquela que vencemos mercê da grandeza do Marechal Eurico Dutra, então Presidente da República, cujo patriotismo e clarividência decidiram em favor do desenvolvimento do Nordeste. Vencemos a difícil batalha graças ainda ao valor técnico de uma excelente plêiade de engenheiros paulistas, liderados pelo Dr. Otávio Marcondes Ferraz, que teve não apenas o saber mas sobretudo a coragem e a pertinácia para ouvir e fazer ouvir a voz já rouca da Cachoeira. Foi um duro e longo combater para triunfar das resistências opostas ao seu projeto por grandes engenheiros europeus e norteamericanos, representantes do grupo financiador da obra, os quais davam de início parecer contrário à sua viabilidade técnica. Momento histórico aquele, de verdadeira unidade nacional, em que se alteou a figura do grande engenheiro paulista, com a sua equipe.

FILHOS DE DEUS

O escritor Amando Fontes fazia a êsse tempo uma conferência no Instituto de Engenharia de São Paulo quando um estudante o desafiou a justificar Paulo Afonso. O Governo da União — argumentava — investia milhões de co^{ntos} de reis, como á época que — indagava o jovem — em vez de construir a Usina no Nordeste não a construíamos no Centro-Sul, que tinha mercado pronto para

absorver tôda a sua energia e assim bem remunerar o capital empregado? Queria saber o estudante se o escritor tinha argumento, pelo menos um único argumento válido, em favor da construção da hidrelétrica naquela região.

Não se perturbou o romancista de *Os Corumbas*, e pronto respondeu:

— Tenho sim, tenho uma única explicação que esclarece tudo: nós, do Nordeste, também somos filhos de Deus.

Diga-se que a realidade superou as expectativas, justificou plenamente a construção de Paulo Afonso e confirmou em termos objetivos as esperanças do escritor, expressas em palavras poéticas. Os efeitos de Paulo Afonso foram muito mais amplos do que os avaliados e previstos. A energia que produz, já grandemente aumentada, não chega hoje para quem quer.

UNIDADE CULTURAL

Senhores Senadores:

Somos neste País imenso, de 8.516.036 quilômetros quadrados e 93.292.000 de habitantes, uma unidade cultural. De norte a sul, de leste a oeste, é a cultura portuguesa que marca a nossa personalidade nacional, substancialmente enriquecida pela do negro e do índio e ainda, sem maiores influências, pela de holandeses, alemães, italianos e japoneses. Unidos estamos no mesmo Deus, na mesma língua, no mesmo território.

Falta-nos, entretanto, a unidade econômica.

Desde a nossa descoberta, estivemos voltados para o exterior chamava nossa moeda, na sua construção em área ainda sem mercado interno para o consumo da energia que iria produzir. Por rior, com uma economia de exportação. De início foi o pau brasil, Veio, em seguida, o açúcar, que os portugueses vitoriosamente produziram no Nordeste para vender à Europa, com a experiência já adquirida nas ilhas da Madeira e de Cabo Verde e com o braço africano importado. Surgiu depois, no Amazonas, a borracha, cujo mercado externo nos foi tirado pelas plantações inglesas da Ásia. E sem falar do café, em Minas Gerais, no Estado do Rio, em S. Paulo e agora no Paraná, cujas vendas no estrangeiro já tanto diminuíam que pudemos também colocar lá fora. Mas, ao perdermos sucessivamente para os nossos produtos o mercado externo, sustentávamos quanto possível o consumo interno, ampliado na medida em que se desenvolviam economicamente as diversas regiões do País. Ganhando, mercê das exportações de café, condições mais favoráveis ao desenvolvimento, o Centro-Sul encaminhou-se para a industrialização e se constituiu no complexo econômico, dentro do qual

somente São Paulo participa hoje com 61% da produção industrial brasileira. Enquanto isso, o Nordeste, que contribuía em 1939 com 30% do nosso produto interno bruto, viu reduzido vinte anos depois esse percentual a 11%. E o desequilíbrio persiste, a despeito de tudo, gerando situação sumamente grave, que, além de bloquear o desenvolvimento, pode criar embaraços à unidade e segurança nacionais.

A Ç Ú C A R

É o açúcar, Senhores Senadores, elemento de evidente importância para corrigir esse perigoso desequilíbrio. Quando o Centro-Sul cresce excepcionalmente através de uma vigorosa economia industrial, havemos de considerar — e as estatísticas o dizem — que é no açúcar que o Norte-Nordeste estia o seu desenvolvimento para enfrentar a disparidade regional que se agrava, pois, como vimos, a taxa anual da sua expansão não vai hoje além da metade da taxa do Centro-Sul. E enquanto a Sudene criou em 10 anos 135.000 empregos diretos, só a agroindústria açucareira de Pernambuco, com as suas 42 usinas, dá trabalho a 130.000 pessoas, e a de Alagoas, como já assinalei, a outras 50 mil. Acentue-se ainda que a agroindústria do açúcar no Nordeste representa 60% da economia alagoana e cerca de 50% da economia pernambucana, e, no Centro Sul, apenas 2% da economia de São Paulo.

A L A G O A S

Dentro do Nordeste, apresenta Alagoas condições excepcionais de produtividade para a cana. Ainda quando iniciava ela a utilização dos tabuleiros, em 1965, a Fundação Getúlio Vargas fez pesquisa sobre condições e custos de produção da lavoura canavieira, e no trabalho que a respeito publicou se lê: “um breve exame permite verificar que apenas Alagoas e São Paulo denotara rendimentos agrícolas crescentes, em função da dimensão ou capacidade de produtividade do fundo agrícola.” De lá para cá, o aproveitamento dos tabuleiros, a mecanização e a fertilização melhoraram as condições de produtividade das terras alagoanas, o que promove o aumento cada vez maior da renda *per capita* do trabalhador e conseqüentemente da capacidade aquisitiva da Região. A redução dos custos diretos e indiretos assegurará realmente à produção açucareira alagoana capacidade de competir dentro em breve com a do Centro-Sul.

R I S C O S

Por que, então, impedir Alagoas de aumentar a sua produção? Não se afirme que arrostaremos maiores riscos ao ampliarmos tanto a participação do açúcar na produção alagoana ou brasileira, dado que se trata de produto sujeito aos azares do mercado externo. Sim, pode-se evidentemente admitir que mude amanhã, por exemplo, a política americana de importação de açúcar. Haverá, naturalmente, certa crise, mas sem dúvida sobreviverá, pelo seu baixo custo, a agricultura de tabuleiro. Em tais condições, o que, por prudência, nos cumpre é defender a aceleração do aproveitamento dos tabuleiros para a agricultura de cana.

Convenhamos em que riscos existem para qualquer espécie de produto de exportação, mesmo para o café, que tem igualmente nos Estados Unidos o seu maior mercado de consumo. Não é ademais imanente o perigo da navegação sem que por isso se deixe de construir navios lançá-los ao mar e utilizá-los no transporte de seres humanos e de cargas as mais preciosas. Mas não se trata de fazer ostentação de coragem nem de aderir ao “viver perigosamente” de Garibaldi, porque, como dizia o Compadre Quelemen, do “Grande Sertão Veredas”, do nosso Guimarães Rosa, já em si o “viver é muito perigoso”.

Não há obra maior em que se empenha o Govêrno Revolucionário, no sentido do fortalecimento e da preservação da unidade e da segurança nacionais, do que esta de reduzir e eliminar as desigualdades regionais. A sua importância, necessidade e urgência deixam a perder de vista quaisquer riscos que se lhes possam imputar.

Já é enorme a macrocefalia econômica do Centro-Sul em relação ao resto do País. E se, além disso, se nega o direito de produzir aos pequenos Estados, estrangula-se o desenvolvimento inter-regional, criando-se situação altamente comprometedora para o nosso futuro de Nação.

NÓVO APÊLO

Senhor Presidente:

Permito-me renovar meu apêlo a quem de direito para conservar as distorções e erros que, no campo do açúcar, sacrificam Alagoas e o Nordeste e retardam o desenvolvimento global do País. A fim de remediar situação tão iníqua e prejudicial a todos, estimaria pedir a atenção e o apoio de quantos possam contribuir no sentido de serem consideradas algumas sugestões que aqui me animo a fazer.

Em primeiro lugar, firme-se que nenhuma fração alocada a produtores norte-nordestinos e eventualmente não realizável seja jamais retirada das reservas de produção e de mercado feitas para a região Norte-Nordeste. Caso tal não ocorra, a míngua participação nordestina na produção nacional ficará aquém dos 35,76% já tão injustamente reduzidos, que lhe foram por lei destinados, e suas canas serão deixadas nos campos, como se verificou agora com Alagoas. Se a Bahia e Sergipe, cujas cotas se elevam respectivamente a 2.469.492 e 3.897.742 sacos, não alcançam produzi-las, que sejam elas alocadas a outros Estados nordestinos em condições de fazê-lo, e nunca, como se tem verificado, transferidas para São Paulo.

O Nordeste já foi altamente prejudicado pelos critérios seguidos: Amazonas, Pará, Bahia, Sergipe, Maranhão, Piauí, não parecem em condições de ocupar os espaços a eles reservados na produção nacional de açúcar; Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte têm alocações mais próximas das suas possibilidades para um futuro razoável, e Alagoas já ultrapassou a cota que lhe fôra reservada.

NÃO QUEREMOS MODIFICAR

Cumpramos fixar, mais uma vez, que nós não queremos modificar a divisão do Brasil em dois vice-reinados do açúcar. O que defendemos é que, depois da iniquidade que se praticou com a injusta divisão do futuro, não se reduzam ainda mais os 35,6% que se destinaram ao Norte-Nordeste na produção açucareira nacional e se deixe que produzam os tabuleiros nordestinos, existentes não só em Alagoas, mas em Sergipe, no Rio Grande do Norte, em Pernambuco — e eles produzirão cana em termos dos tempos modernos, utilizando adubação e mecanização e, conseqüentemente, diminuindo os custos e barateando os preços de venda ao consumidor.

Defendemos que a alocação dos 35,6% do Nordeste somente não lhe seja concedida quando o mercado interno norte-nordestino e os compromissos do País para exportação, em seu conjunto, forem capazes de absorver a produção acima das nossas possibilidades.

Em resumo: o Nordeste não pleiteia reocupar mercados no Centro-Sul, mas pleiteia absoluta prioridade na produção para exportação já que poderá fazê-la, a médio prazo, a custo mais baixo, de vez que é mais próximo da faixa litorânea e mais próximo da maioria dos mercados consumidores externos.

Defendemos, por fim, que o valor absoluto da produção prevista para o Nordeste na última divisão de direitos de produção seja, nas condicionantes aqui expostas, prioritariamente atingido.

ESTUDO DO AÇÚCAR

Senhor Presidente:

Aqui fico por hoje, esperando voltar ainda ao assunto, se necessário, em outra oportunidade. Na semana passada, o nobre Senador José Ermírio de Moraes apresentou ao Senado requerimento no sentido de se constituir uma Comissão de Senadores para estudar o problema do açúcar no Brasil. Felicitei por isso o eminente representante de Pernambuco, e agora encareço ao ilustre Senador Filinto Muller, nobre líder do meu Partido, que apresse quanto possível o início dos trabalhos da Comissão, cujo objetivo é da maior oportunidade e significação. Termina este ano o prazo da famigerada Lei n. 4.870, de 1o. de dezembro de 1965, que estabeleceu os limites oficiais de produção, e há que se elaborar outra mais consentânea com a realidade e os altos interesses nacionais. Vê-se, portanto, como se faz urgente o debate do assunto para melhor esclarecê-lo.

Honrado com a indicação do meu nome para integrar essa Comissão, acolhi-a com o mais profundo sentimento de missão, tanto considero o problema do açúcar de importância vital para meu Estado, minha Região e meu País.

Causa Coletiva

Senhor Presidente: (*)

Nêstes últimos dias por três vêzes ocupei esta tribuna para tratar do problema do açúcar, que tão profundamente interessa a Alagoas, ao Nordeste e ao Brasil. Hoje, venho dar conhecimento ao Senado dos seguintes telegramas que recebi de Maceió a propósito dos meus pronunciamentos:

“Senador Arnon de Mello — Senado Federal — Brasília

Entidades Representativas das Classes Produtoras e Trabalhadoras de Alagoas agradecem e parabenizam V. Ex^a pela oportunidade e equilíbrio dos seus discursos na justa defesa da produção açucareira alagoana e nordestina. Contamos com V. Ex^a para que continue a luta em prol da economia alagoana. Saudações. Rubem Wanderley, Presidente em exercício do Sindicato da Indústria do Açúcar; Nelson Tenório, Presidente da Associação de Produtores de Açúcar; José Ribeiro, Presidente da Cooperativa Regional de Produtores de Açúcar de Alagoas; Napoleão Barbosa, Presidente da Federação das Indústrias; Benedito Bentes, Presidente da Federação do Comércio; Carlos Breda, Presidente da Associação Comercial; Geraldo Vilela, Presidente do Clube dos Diretores Lojistas; João Carlos Albuquerque, Presidente da Cooperativa dos Plantadores de Cana; e Luiz Miguel, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Açúcar.”

COOPERATIVA DOS PRODUTORES

“Senador Arnon de Mello — Senado Federal — Brasília

Tenho o prazer de comunicar-lhe que o Conselho Deliberativo da Cooperativa Regional dos Produtores de Açúcar de Alagoas, na sua sessão de hoje, aprovou um voto de aplausos e apoio às declarações

(*) — Discurso pronunciado pelo Senador Arnon de Mello no Senado Federal em Brasília, na sessão de 4 de junho de 1970.

de V. Ex^a no Senado Federal em defesa dos interesses da agro-indústria do açúcar do nosso Estado. V. Ex^a colocou a questão em seus devidos termos, pois, havendo cota regional que adere à economia local, deve ela ser respeitada, indiferente que a produção caiba a esta ou àquela unidade desde que integre a Região. Acresce que, quando o Governo Federal, por intermédio dos incentivos fiscais, visa a galvanisar a economia nordestina, representa contrasenso se venha cortar a colaboração da iniciativa privada, que procura elevar o *standard* de vida da população e combater o desemprego. Receba, portanto, as felicitações da classe açucareira alagoana no momento em que V. Ex^a interpreta com muito acerto os legítimos interesses da terra comum. José Ribeiro Toledo, Presidente do Conselho Deliberativo da Cooperativa Regional dos Produtores de Açúcar de Alagoas.”

SINDICATO DO AÇÚCAR

“Senador Arnon de Mello — Senado Federal — Brasília

Ausente de Alagoas no momento da reunião das entidades de classe da indústria, agricultura, comércio e trabalhadores alagoanos, solidarizo-me com a manifestação dos meus conterrâneos e companheiros, e pessoalmente desejo a Vossa Excelência o melhor êxito na luta em defesa dos legítimos interesses de Alagoas, do Nordeste e do Brasil. Olival Tenório Costa, Presidente do Sindicato da Indústria do Açúcar de Alagoas.”

INTERESSES DA COMUNIDADE

Senhores Senadores:

Nada mais grato a um homem público, com a responsabilidade do exercício do mandato popular, do que permanecer ligado às suas origens, nutrido pelas mesmas fontes de inspiração que o motivaram e impeliram ao calor das emoções das campanhas eleitorais já distantes. Mantem-se êle, assim, sempre em condições de bem auscultar os anseios, captar os apelos e fielmente interpretar os sentimentos e defender os interesses da sua comunidade.

Foi o que fiz ao falar aqui sôbre o problema do açúcar, e é o que confirmam êsses telegramas. Leio-os despojado de qualquer preocupação pessoal. Leio-os, ao contrário, primeiro para destacar que não expri mi aqui pontos de vista próprios nem mesmo de uma classe, mas pontos de vista coletivos. Quem, por outro lado, conduz o automóvel, não lhe fabrica necessariamente as peças que o integram, nem a gasolina e o óleo que o movimentam. Os fatos estão

à vista e os erros, que os provocaram, correm por conta da rotina da época e das circunstâncias do momento. Alagoas me doi — como diria Eça em relação a Portugal — mas os sofrimentos maiores são dos que, teimosos, arrostam adversidades e embaraços para realizar e produzir na árida região nordestina, e veem mais diretamente dêles os reclamos a que o Senado deu a projeção e amplitude merecidas.

TÔDA ALAGOAS

Não são apenas, Sr. Presidente, os produtores de açúcar, representados pelo seu Sindicato e Associações, que me telegrafam. São também os agricultores, os plantadores de cana, através da sua Cooperativa. São ainda os operários, os trabalhadores, unidos, com o seu Sindicato, aos produtores de açúcar no mesmo empenho de defender o interesse público, pois a agro-indústria do açúcar representa 60% da economia alagoana. São também os industriais em geral, não só do açúcar mas de tecidos e de numerosos outros produtos manufaturados, integrantes da Federação das Indústrias do Estado. São igualmente os grandes e pequenos comerciantes, reunidos na Federação do Comércio de Alagoas e na Associação Comercial e no Clube dos Diretores Lojistas de Maceió. É, enfim, tôda Alagoas — as mais altas expressões da agricultura, da indústria, do comércio, do trabalho — que se dirige ao seu humilde representante nesta Casa para, fortalecendo-me no exercício do meu mandato, dizer que não faltei nem ao meu dever nem à verdade quando expus à Nação em côres vivas, francamente, uma realidade que precisa ser devidamente considerada em bem mesmo do Brasil.

FLAGELO DAS SÊCAS

Vê-se ainda agora, através do flagelo da sêca que duramente se abate sôbre o Nordeste todo, o que representa para a economia da região um produto como o açúcar que só em dois Estados — Pernambuco e Alagoas — dá trabalho a cerca de 180.000 pessoas, que se elevam a aproximadamente um milhão, computados seus parentes e dependentes.

E não apenas à economia nordestina interessa o açúcar mas também à economia brasileira. Como a disparidade existente entre as Nações pobres e ricas não afeta sômente àquelas mas também a estas pela intranquilidade que lhes cria e pelas ameaças que representa à sua segurança, — a disparidade regional, além do bloqueio ao desenvolvimento global da Nação, com o freiar-lhe as possibilidades de consumo, impõe a esta, tal o caso presente, elevadíssimos dispêndios para socorro às vítimas da calamidade cujos efei-

tos poderiam ter sido amenizados ou evitados, não fossem os erros praticados ao longo dos tempos. Afinal, não há as longas estiagens dos países de terras áridas da África, da Ásia, das Américas e da Oceania, sem que se martirizem as suas populações, como atualmente as do Nordeste? E não há lugares no mundo onde nunca choveu, e onde, no entanto, são desconhecidas as catástrofes dos retirantes tangidos e batidos pela fome e pela morte?

DEMOCRACIA MILITANTE

Senhor Presidente:

Outras razões me fazem ler aqui os telegramas que recebo de Alagoas. Leio-os também para ressaltar a importância do Parlamento na vida das Nações. Refletem êles a confiança que inspiramos a quantos, com responsabilidade na vida econômica, lutam por direitos cuja preservação se torna imperiosa ao progresso, à paz social e à unidade nacional.

Convenhamos em que espelha o Parlamento a Nação, aqui reunida na variedade dos seus elementos constitutivos e nos seus valores essenciais. Esta a base do nosso poder que se exerce até por força de catálise. Representamos aqui os 22 Estados da Federação Brasileira, mas sobretudo o povo, que pelo voto secreto nos elegeu. Somos, pois, a democracia militante.

AMOR AO BRASIL

Diferentes as origens de cada um de nós não só do ponto de vista territorial mas social, político e econômico. Diversos os caminhos que percorremos, para uns mais fáceis e para outros mais difíceis, como longos ou curtos foram os itinerários que cada qual cumpriu até que nos encontrássemos aqui. Variadas são, por outro lado, as nossas posições políticas.

Estas circunstâncias, entretanto, não nos separam, antes mais nos unem, se o amor ao Brasil a todos nos motiva e sensibiliza. No caso do açúcar, que é o que me traz hoje à tribuna, vimos como esta Casa acima de filiações partidárias, se sensibilizou e se declarou unânime e solidária com as reivindicações de Alagoas, vistas elevadas para o futuro da Nação.

“Se em uma orquestra — diz Dominique Pire — cada um tocasse por sua conta, seria uma cacofonia; se todos os instrumentos fossem idênticos, seria uma monotonia. Melhor será a diversidade dos instrumentos e a harmonia dos sons. Isso dará, por exemplo, uma sinfonia.”

E é pelas diferenças que, afinal, nos fortalecemos, como nas palavras de Saint-Exupéry: "Se je diffère de toi, loin de te léser, je t'augmente."

CONFIANÇA NO GOVÊRNO

Sou muito grato aos eminentes alagoanos que me telegrafaram pela confiança que nos manifestam.

Estou certo de que, para solucionar o problema do açúcar em termos de justiça e realidade, contamos com a compreensão e apoio do Senhor Presidente da República, cujas preocupações pelo Nordeste se revelam nas palavras que tem pronunciado e se confirmam agora na decisão de ir ver com os próprios olhos os sofrimentos da nossa Região provocados pela sêca, no momento exato em que ela mais cresta as lavouras como as criaturas humanas e todos os sêres.

Í N D I C E

Açúcar, Capital Social em Alagoas	3
Erros e Distorções	17
Os Dois Vice-Reinados do Açúcar	27
Causa coletiva	57

Senado Federal



SEN00010744